

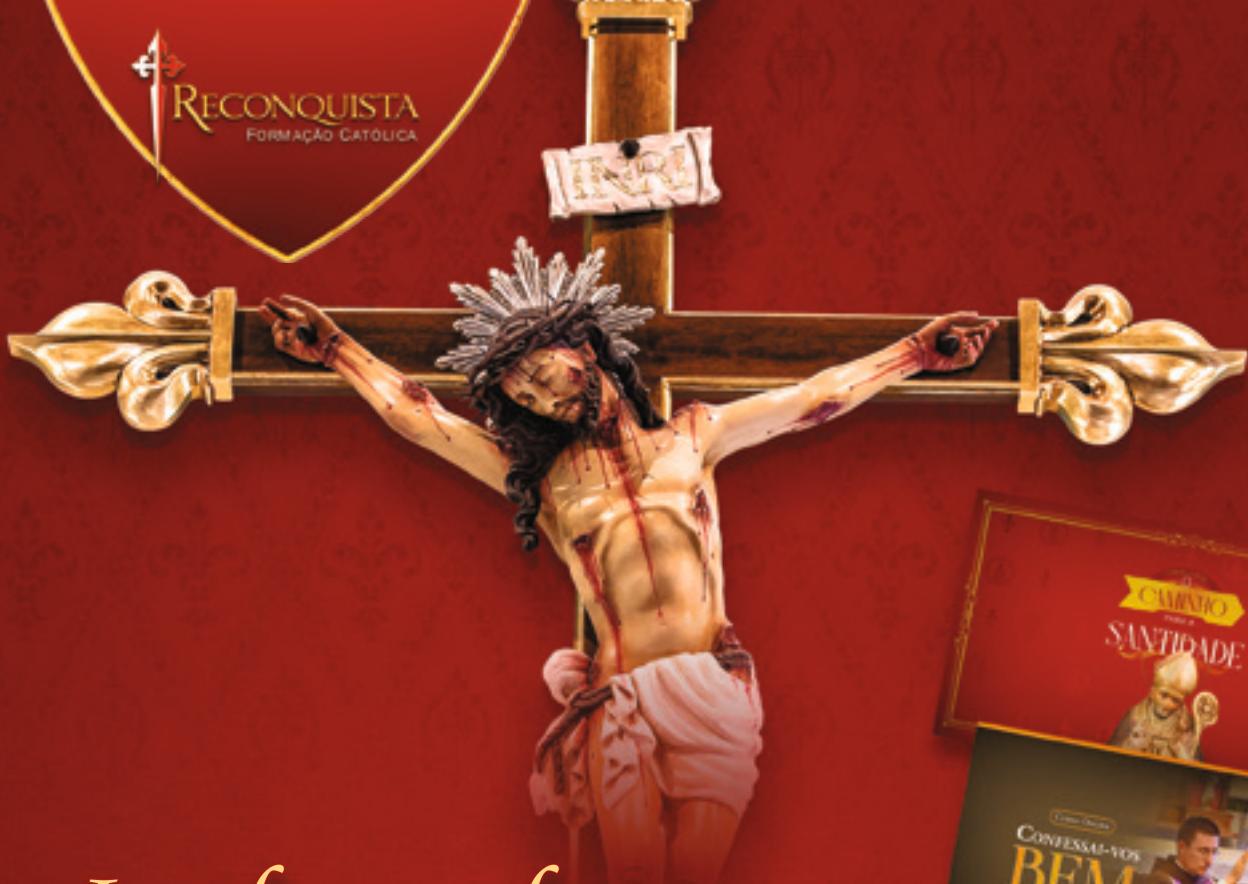


ARAUTOS DO EVANGELHO

Nº 279 - Março 2025



*Abraçados
pela misericórdia*



Lembra-te, homem, de que és pó...

Durante o período da Quaresma a Santa Igreja nos fala da importância do jejum e da penitência como formas de combater os vícios, pela mortificação do corpo, e de facilitar a elevação da mente a Deus.

Mas o que mais devemos fazer para aproveitar bem as graças da Quaresma?

O estudo devoto da doutrina católica nos proporciona um meio de avançar na vida espiritual, por ser fonte de alegria nesta terra de exílio e ocasião para estreitarmos nosso relacionamento com Deus. Assim, com o objetivo de auxiliar você a entender melhor os fundamentos da Fé e a seguir os caminhos da virtude, a **plataforma de formação dos Arautos do Evangelho** desenvolveu uma série de cursos on-line sobre espiritualidade, fundamentados em obras clássicas da tradição católica.



WWW.RECONQUISTA.ARAUTOS.ORG

Acompanhe a programação completa dos Arautos através das redes sociais



Transmissão da Santa Missa
diariamente às 19h (horário de Brasília)

ARAUTOS DO EVANGELHO

Ano XXIV, nº 279, Março 2025

ISSN 1982-3193

Revista de cultura e inspiração católica publicada por:

Associação Brasileira Arautos do Evangelho
CNPJ: 03.988.329/0001-09
www.arautos.org.br

Diretor Responsável:
Mario Luiz Valerio Kühl

Conselho de Redação:
Severiano Antonio de Oliveira;
Silvia Gabriela Panez;
Marcos Aurelio Chacaliza C.

Administração
Rua Diogo de Brito, 41
02460-110 - São Paulo - SP
admrevista@arautos.org.br

ASSINATURA E ATENDIMENTO AO ASSINANTE:
(11) 2971-9050
(NOS DIAS ÚTEIS, DE 8 ÀS 17:00H)

Assinatura e Participação

Assinante (anual): R\$ 285,00 únicos

Participante (por tempo indeterminado):

Colaborador..... R\$ 40,00 mensais
Benefitário..... R\$ 50,00 mensais
Grande Beneficiário R\$ 60,00 mensais

Exemplar avulso R\$ 24,00

Os artigos desta revista poderão ser reproduzidos, desde que se indique a fonte e se envie cópia à Redação. O conteúdo das matérias assinadas é da responsabilidade dos respectivos autores.

Impressão e acabamento:
Plural Indústria Gráfica Ltda.

Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 700
06543-001 - Santana de Parnaíba - SP

SUMÁRIO

⇒ PERGUNTAM OS LEITORES	4
⇒ EDITORIAL	
O perdão divino e a Mãe do abraço.....	5
⇒ A VOZ DOS PAPAS	
A causa profunda de todo mal	6
⇒ A LITURGIA DOMINICAL	
Não há meias-verdades no coração do homem bom	8
Quaresma: tempo de renovação pela luta.....	9
Como encontrar a luz num mundo de trevas?.....	10
"Se não vos converterdes, pereceréis como eles"	11
Como nos livrarmos da impenitência e do orgulho.....	12
⇒ EXEMPLOS QUE ARRASTAM	
Quão diversos são os juízos de Deus!	13
⇒ TESOUROS DE MONS. JOÃO	
A grande lei da misericórdia	14
⇒ TEMA DO MÊS –	
O SACRAMENTO DA CONFESSÃO	
Jesus Cristo instituiu a Confissão?	18
Por que e como se confessar?.....	22
⇒ UM PROFETA PARA OS NOSSOS DIAS	
O histórico da alma contrita	26
⇒ O QUE DIZ O CATECISMO?	
Só tenho "pecadinhos"... preciso mesmo me confessar?	29
⇒ HISTÓRIA, MESTRA DA VIDA	
A fuga de Dom João VI – Um êxodo entre a vida e a morte	30
⇒ SÃO TOMÁS ENSINA	
O que é o Livro da Vida?	33
⇒ VIDA DOS SANTOS	
Santo Estêvão Harding – A história de um monge rebelde	34
⇒ DONA LUCILIA	
Alma de contrastes harmônicos.....	38
⇒ ARAUTOS NO MUNDO	40
⇒ ESPIRITUALIDADE CATÓLICA	
Primeiro vencer, depois combater!	44
⇒ VOCÊ SABIA...	47
⇒ TENDÊNCIAS E MENTALIDADES	
O que a arte nos anuncia?	48



Francisco Lecaros

14 Deus tem necessidade de perdoar!



Maria José Félix

22 Como fazer uma boa Confissão nesta Quaresma



Reprodução

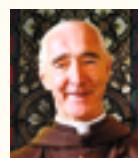
44 Estamos em guerra!
Na vida espiritual...



Reprodução

48 Pode a arte transmitir uma ideologia?

Envie suas perguntas para o Pe. Ricardo, pelo e-mail:
perguntamosleitores@arautos.org



✉ Pe. Ricardo José Basso, EP

Sou vegetariana; portanto, não como carne nem peixe. A Igreja manda fazer penitência de não comer carne nas sextas-feiras, mas isso eu já faço e para mim não é penitência, é hábito. Preciso fazer outra penitência nas sextas-feiras, especialmente na Quaresma?

Stefânia Machado – São Paulo

A Igreja nos ensina que “todos os fiéis, cada qual a seu modo, estão obrigados por Lei Divina a fazer penitência”. Assim, “são prescritos dias penitenciais, em que os fiéis se dediquem de modo especial à oração, façam obras de piedade e caridade, renunciem a si mesmos, cumprindo ainda mais fielmente as próprias obrigações e observando principalmente o jejum e a abstinência” (CIC, cân. 1249).

Cabe recordar que os “dias e tempos penitenciais, em toda a Igreja, são todas as sextas-feiras do ano e o Tempo da Quaresma” (CIC, cân. 1250). É muito benéfico para a vida espiritual, sobretudo na Quaresma, oferecer a Deus pequenos sacrifícios, tais como: rezar mais, reduzir o tempo de distrações nas redes sociais, não comprar coisas fúteis, deixar de comer ou beber algo especialmente agradável, ser mais atencioso no trato com os familiares.

Quanto ao ponto apresentado na pergunta, a lei é clara: “Observe-se a abstinência de carne ou de outro alimento, segundo as prescrições da conferência dos Bispos, em todas as sextas-feiras do ano” (CIC, cân. 1251). E a tradição sempre entendeu que ela se aplicava à carne ou ao caldo de carne. Assim, Stefânia, sendo vegetariana você já cumpre materialmente a lei canônica. Contudo, para efeitos de seu progresso espiritual, seria louvável que você oferecesse nas sextas-feiras o sacrifício de não comer algum outro alimen-

to saboroso, ou de comer algo benéfico para sua saúde, mas cujo sabor não lhe agrade.

Por outro lado, a conferência episcopal de cada país tem autoridade para substituir essa obrigação, no todo ou em parte, por outras formas de penitência (cf. CIC, cân. 1253). Muitas conferências episcopais permitem que os fiéis comutem a abstinência de carne em todas as sextas-feiras do ano, exceção feita das sextas-feiras durante a Quaresma. No Brasil, mesmo neste período a abstinência pode ser substituída por outra prática de penitência, caridade ou piedade, particularmente pela participação na Sagrada Liturgia (cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Legislação complementar ao Código de Direito Canônico*).

É importante lembrar que na Quarta-Feira de Cinzas e na Sexta-Feira Santa, além da abstinência, deve ser feito o jejum. À abstinência estão obrigados os fiéis a partir dos quatorze anos completos; ao jejum, dos dezoito até os cinquenta e nove anos completos. Claro está que ficam dispensados aqueles que tenham algum impedimento por problemas de saúde.

O jejum pode ser realizado de vários modos. Um deles consiste em tomar algo muito leve no café da manhã e no jantar, e fazer uma refeição completa no almoço.

Fiz uma promessa para a próxima Quaresma e agora percebo que não conseguirei cumprí-la. Sei que posso fazer mais esforços, mas quero saber se posso mudar a promessa ou ser dispensado dela.

Miguel de Oliveira Cunha – Niterói (RJ)

O Código de Direito Canônico prescreve a este respeito: “O voto, isto é, a promessa deliberada e livre de um bem possível e melhor, feita a Deus, deve ser cumprido em razão da virtude da religião” (CIC, cân. 1191 § 1).

Podem conceder dispensa do cumprimento de um voto ou promessa: o Bispo da diocese, o pároco ou algum outro sacerdote delegado pelo Bispo para essa função (cf. CIC,

cân. 1196). Assim, a maneira mais prática de você obter a dispensa é solicitá-la ao seu pároco.

Por fim, você mesmo pode modificar a sua promessa por um bem que seja maior ou igual ao que foi prometido (cf. CIC, cân. 1197), mas parece mais prudente aconselhar-se com um sacerdote de sua confiança, pois ninguém é bom juiz em causa própria...

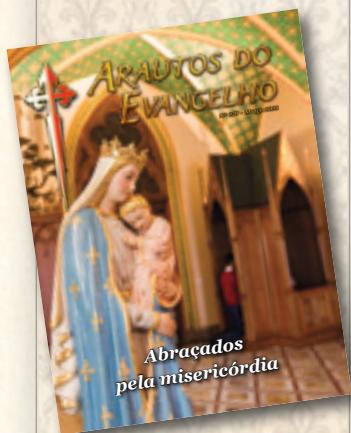


Foto: Santiago Vieto

O PERDÃO DIVINO E A MÃE DO ABRAÇO

São Tomás de Aquino (cf. *Suma Teológica*. II-II, q.30, a.4) questiona se a misericórdia é a maior de todas as virtudes. De fato, ao repetir a exortação de Oseias – “Quero misericórdia e não sacrifício” (Os 6, 6; Mt 12, 7) – Jesus pareceria assim indicar.

Entretanto, segundo São Paulo (cf. Col 3, 14), o Doutor Angélico faz uma distinção: a caridade é a maior das virtudes em relação àquele que a possui, pois une o homem a Deus pelo afeto e o torna semelhante a Ele; mas, *em si mesma*, a misericórdia revela-se a mais excelente e a que mais difunde o bem, por ser capaz de suprir os demais em suas contingências, o que é próprio ao mais elevado.

O homem misericordioso imita Deus de modo sublime. Com razão Nossa Senhor põe a misericórdia em paralelo com a perfeição: “Sede misericordiosos, como vosso Pai é misericordioso” (Lc 6, 36); “Sede perfeitos, como vosso Pai Celeste é perfeito” (Mt 5, 48).

Esses pressupostos nos ajudam a avaliar a grandeza do Sacramento da Penitência, tão próprio a ocupar nossas considerações neste Tempo da Quaresma.

Papel especialíssimo tem nele a Virgem Maria, como Mãe misericordiosíssima, sempre pronta a suscitar sentimentos de contrição na alma do pecador que Lhe pede ajuda. Nenhuma criatura imitou Deus tão perfeitamente quanto a Santíssima Virgem, em particular pela misericórdia.

Na realidade, somente uma mãe poderia refletir as “entranhas de misericórdia” (Col 3, 12) de que se reveste o ministro de Deus para acolher o pecador arrependido, simbolizada pelo gesto do abraço. Destarte, revelou Nossa Senhor a Santa Faustina Kowalska: “Quando a alma vê e reconhece a gravidade dos seus pecados, quando se desvenda diante dos seus olhos todo o abismo da miséria em que mergulhou, que não se desespere, mas, antes, se lance com confiança nos braços da minha misericórdia, como uma criança nos braços da sua querida mãe” (*Diário*, n.1541).

Foi isto o que Mons. João Scognamiglio Clá Dias experimentou em 12 de julho de 2008 quando, na Basílica de Nossa Senhora do Rosário, em Caeiras (SP), recebeu o que ele denominou “a mais alta manifestação sensível da misericórdia de Maria” em sua vida. Conforme narrou em sua obra *Maria Santíssima! O Paraíso de Deus revelado aos homens*, sentiu-se ele naquela ocasião fisicamente abraçado pela Mãe de Deus, seguindo-se um caudal de consolações.

Esse misericordioso abraço o preparou para o acidente vascular cerebral que o vitimou em 2010, a partir do qual passou a realizar ainda mais os sacrifícios: a manifestação da própria misericórdia em relação a seus filhos espirituais, ao tomar consciência da sua missão de oferecer seus sofrimentos pelo bem da sua obra, subordinado ao da Igreja. De fato, a misericórdia é o sacrifício mais agradável a Deus, como atesta a Carta aos Hebreus: “Não vos esqueçais da beneficência e da comunhão, porque são estes os sacrifícios que agradam a Deus” (13, 16).

Em suma, Nossa Senhora é efetivamente Mãe de Misericórdia não somente porque abraça com comiseração os seus filhos miseráveis, mas também porque pode tornar outros partícipes de sua misericórdia. Seu abraço se estende a muitos, por meio dos filhos que Ela estreitou especialmente junto ao seu Imaculado Coração, e nesse sentido Ela é também a Mãe do abraço. ♣



A causa profunda de todo mal

A negação de Deus ou a perda do senso de sua presença induziram muitos de nossos contemporâneos a dar ao pecado interpretações por vezes sociológicas, psicológicas, existencialistas ou evolucionistas, as quais têm todas em comum a característica de esvaziar o pecado de sua trágica seriedade.

PERDA DA NOÇÃO DE PECADO, O MAIOR PECADO ATUAL

Conhecer Jesus crucificado é conhecer o horror de Deus ao pecado, cuja culpa só poderia ser lavada no Sangue Precioso do Filho Unigênito de Deus feito Homem. O maior pecado do mundo na atualidade talvez seja o fato de que os homens começaram a perder a noção de pecado. Sufocam-na, amortecem-na – dificilmente ela pode ser totalmente eliminada do coração do homem –, não a deixam despertar por qualquer vislumbre do Homem-Deus morrendo na Cruz do Gólgota para pagar a pena do pecado.

Excerto de: PIO XII.
Radiomensagem, 26/10/1946

TENDÊNCIAS QUE FAVORECEM O DECLÍNIO DO SENTIDO DO PECADO

Até mesmo no campo do pensamento e da vida eclesial, algumas tendências favorecem inevitavelmente o declínio do sentido do pecado. Alguns, por exemplo, tendem a substituir posições exageradas do passado por outros exageros; assim, da atitude de ver o pecado em toda a parte, passa-se a não o vislumbrar em lado nenhum; da demasiada acentuação do temor das penas eternas,

à pregação de um amor de Deus que excluiria toda e qualquer pena merecida pelo pecado; da severidade no esforço para corrigir as consciências errôneas, a um pretenso respeito pela consciência, até suprimir o dever de dizer a verdade.

E por que não acrescentar que a confusão criada na consciência de muitos fiéis pelas divergências de opiniões e de ensinamentos na Teologia, na pregação, na catequese e na direção espiritual, acerca de questões graves e delicadas da moral cristã, acaba por fazer diminuir, quase até à sua extinção, o verdadeiro sentido do pecado?

Excerto de: SÃO JOÃO PAULO II.
Reconciliatio et paenitentia,
2/12/1984

FALSAS INTERPRETAÇÕES DO PECADO

A negação de Deus ou a perda do senso vivo de sua presença induziram muitos de nossos contemporâneos a dar ao pecado interpretações por vezes sociológicas, psicológicas, existencialistas ou evolucionistas, as quais têm todas em comum a característica de esvaziar o pecado de sua trágica seriedade. Não é o que se passa com a Revelação, que o apresenta, ao contrário, como uma realidade terrível, em face da qual resulta

sempre de importância secundária qualquer outro mal temporal.

Excerto de: SÃO PAULO VI.
Homilia, 8/2/1978

O PECADO NÃO É UM SIMPLES ERRO HUMANO, MAS UMA OFENSA FEITA A DEUS

Uma característica essencial do pecado é ser uma ofensa a Deus. Trata-se de um grande acontecimento, o qual inclui o ato perverso da criatura que, consciente e voluntariamente, opõe-se à vontade de seu Criador e Senhor, violando a lei do bem e pondo-se, por livre opção, sob o jugo do mal.

É um ato de lesa-majestade divina, ante o qual São Tomás de Aquino não duvida em afirmar que “o pecado cometido contra Deus tem uma certa infinitude, em razão da infinitude da majestade divina”. Cabe dizer que é também um ato de lesa-caridade divina, enquanto infração da lei da amizade e aliança que Deus estabeleceu com seu povo e com todo homem, mediante o Sangue de Cristo. E, portanto, é um ato de infidelidade e, na prática, de rejeição a seu amor.

O pecado, por conseguinte, não é um simples erro humano e não comporta só um dano para o homem: é uma ofensa feita a Deus, uma vez que

o pecador viola sua Lei de Criador e Senhor, e fere seu amor de Pai. Não se pode considerar o pecado exclusivamente do ponto de vista de suas consequências psicológicas: o pecado adquire seu significado de relação do homem com Deus.

Excerto de:
SÃO JOÃO PAULO II.
Audiência geral, 15/4/1992

PECAR É BANIR DEUS DO PRÓPRIO COTIDIANO

Se o pecado é a interrupção da relação filial com Deus para levar a própria existência fora da obediência a Ele devida, então pecar não é só negar Deus; pecar é também viver como se Ele não existisse, bani-Lo do próprio cotidiano.

Excerto de: SÃO JOÃO PAULO II.
Reconciliatio et pænitentia,
2/12/1984

MAIS DO QUE UMA QUESTÃO PSICOLÓGICA OU SOCIAL, UMA TRAIÇÃO A DEUS

Por conseguinte, o pecado não é apenas uma questão psicológica ou social, mas é um acontecimento que prejudica a relação com Deus, violando a sua Lei, recusando o seu projeto na História, alterando a escala dos valores, “mudando as trevas em luz e a luz em trevas”, isto é, “chamando bem ao mal e mal ao bem” (cf. Is 5, 20).

Antes de ser uma possível afronta contra o homem, o pecado é sobretudo uma traição a Deus. São emblemáticas as palavras que o filho pródigo de bens pronuncia diante de seu pai pródigo de amor: “Pai, pequei contra o Céu – isto é, contra Deus – e contra ti!” (Lc 15, 21).

Excerto de: SÃO JOÃO PAULO II.
Audiência, 8/5/2002

DEUS NÃO TOLERA O PECADO

[O pecado] é a causa profunda de todo o mal. Mas esta afirmação não é



Reprodução

Uma característica essencial do pecado é ser uma ofensa a Deus, uma oposição voluntária à sua vontade

“O criado ladrão”, por Constant Wauters

de modo algum evidente, e muitos não aceitam a própria palavra *pecado*, porque ela pressupõe uma visão religiosa do mundo e do homem. [...]

Perante o mal moral, a atitude de Deus consiste em opor-Se ao pecado e salvar o pecador. Deus não tolera o mal, porque é amor, justiça e fidelidade; e precisamente por isso não deseja a morte do pecador, mas que ele se converta e viva. [...] Deus está determinado a libertar os seus filhos da escravidão, para os conduzir à liberdade. E a escravidão mais grave e mais profunda é precisamente a do pecado.

Excertos de: BENTO XVI.
Angelus, 13/3/2011

ERRO DAQUELES QUE NÃO SE PREOCUPAM COM OS PRÓPRIOS PECADOS

O salmista confessa o seu pecado de forma clara e sem hesitações: “Reconheço, de verdade, a minha

culpa. Contra Vós apenas é que eu pequei, praticuei o mal perante os vossos olhos” (Sl 50, 5-6). [...] É o que, infelizmente, muitos não fazem, como nos adverte Orígenes: “Há quem, depois de ter pecado, se sinta completamente tranquilo e não se preocupe com o seu pecado nem tocado pela consciência do mal cometido, mas viva como se nada tivesse acontecido”.

Excertos de:
SÃO JOÃO PAULO II.
Audiência, 8/5/2002

ILUSÃO DA “IMPECABILIDADE”

Insidiados pela perda do sentido do pecado, tentados, algumas vezes, pela ilusão bem pouco cristã de impecabilidade, também os homens de hoje precisam ouvir de novo, como dirigida a cada um deles, pessoalmente, a advertência de São João: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós” (I Jo 1, 8).

Excerto de: SÃO JOÃO PAULO II.
Reconciliatio et pænitentia,
2/12/1984

NECESSIDADE DE REDESCOBRIR O VALOR DA CONFISSÃO

Os pecados que cometemos afastam-nos de Deus e, se não forem humildemente confessados na misericórdia divina, chegam até a causar a morte da alma. [...]

Invoquemos a Virgem Maria, que Deus preservou de toda a mancha de pecado, para que nos ajude a evitar o pecado e a recorrer com frequência ao Sacramento da Confissão, o Sacramento do Perdão, que hoje deve ser redescoberto ainda mais no seu valor e na sua importância para a nossa vida cristã.

Excertos de: BENTO XVI.
Angelus, 15/2/2009



Não há meias-verdades no coração do homem bom



✠ Pe. Dartagnan Alves de Oliveira Souza, EP

Na verdade brotada do coração do justo, encontraremos o caminho que conduz à salvação em meio a um mundo onde os guias cegos não se multiplicando

Em um mundo eivado de relativismo moral e doutrinário, a verdade vai desaparecendo do horizonte dos homens, os quais em certos momentos confundem a noção de bem e mal, porque assumem para si guias cegos, que poderão fazê-los cair num abismo (cf. Lc 6, 39).

Ensinava Dr. Plínio Corrêa de Oliveira que um filho da Verdade tem, “como uma de suas missões mais salientes, a de restabelecer ou reavivar a distinção entre o bem e o mal”.¹ E é sobre essa diferenciação que Nosso Senhor nos convida a meditar no Evangelho deste 8º Domingo do Tempo Comum, quando afirma que “não existe árvore boa que dê frutos ruins, nem árvore ruim que dê frutos bons” (Lc 6, 43). Com efeito, “o homem bom tira coisas boas do bom tesouro do seu coração”, enquanto “o homem mau tira coisas más do seu mau tesouro, pois sua boca fala do que o coração está cheio” (Lc 6, 45).

Muitos guias cegos (cf. Mt 23, 16) apareceram ao longo dos tempos. Não vivem a verdade para si nem permitem que os demais o fa-

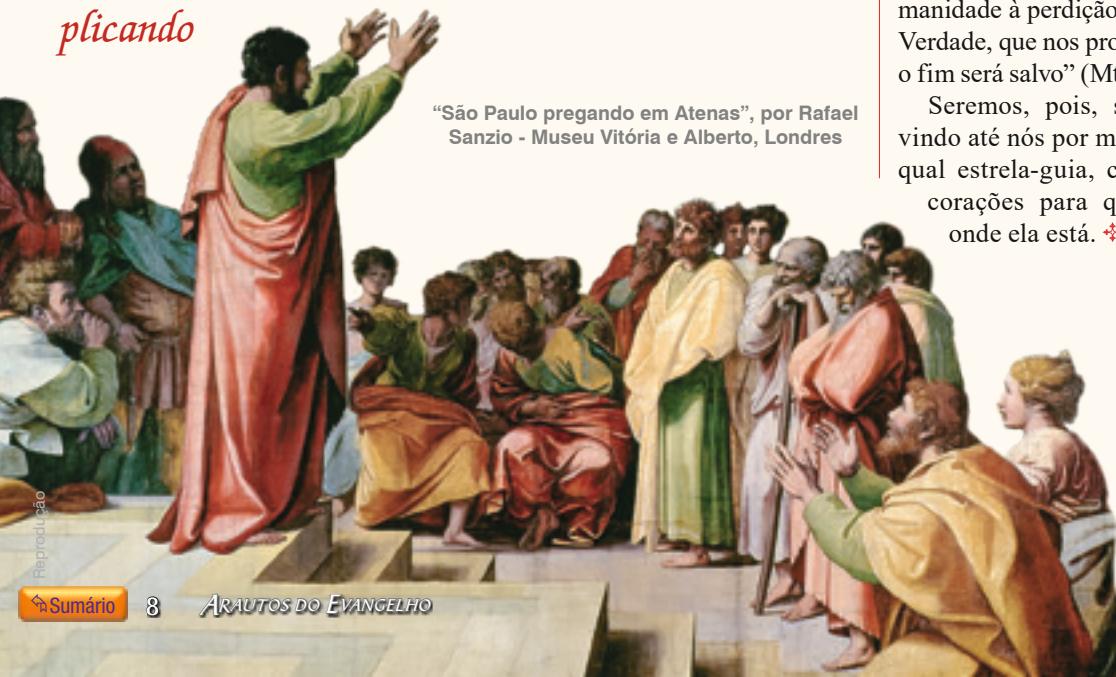
cam. São esses os condenados pelo Mestre, quando disse aos fariseus que eles fechavam aos homens o Reino dos Céus, pois não entravam nem deixavam os outros entrarem (cf. Mt 23, 13). Como discernir-los em nossos dias? O Eclesiástico no-lo indica muito bem: “O fruto revela como foi cultivada a árvore; assim, a palavra mostra o coração do homem” (27, 7). E ainda: “É no falar que o homem se revela” (27, 8).

Somos chamados a brilhar como astros neste mundo, conforme nos diz a Aclamação ao Evangelho (cf. Fl 2, 15d.16a). Para isso, será necessário seguir o conselho do Apóstolo, que nos suplica na segunda leitura: “Sede firmes e inabaláveis, empenhando-vos cada vez mais na obra do Senhor” (I Cor 15, 58). E a obra do Senhor consiste em sermos justos, trazendo à boca a palavra da verdade que brota de um coração cheio de amor a Deus.

Haveremos de passar por muitas tribulações, em meio ao crescente relativismo doutrinário dos falsos profetas atuais, que parecem conduzir a humanidade à perdição. Mas tenhamos confiança na Verdade, que nos prometeu: “Quem perseverar até o fim será salvo” (Mt 24, 13).

Seremos, pois, salvos pelo auxílio divino, vindo até nós por meio da Rainha dos Céus que, qual estrela-guia, curará a cegueira de nossos corações para que encontremos a verdade onde ela está. ♣

“São Paulo pregando em Atenas”, por Rafael Sanzio - Museu Vitória e Alberto, Londres



¹ CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio. *Revolução e Contra-Revolução*. 9.ed. São Paulo: Associação Brasileira Arautos do Evangelho, 2024, p.191.

Quaresma: tempo de renovação pela luta



✉ Pe. Carlos Adriano Santos dos Reis, EP

O período quaresmal é um tempo em que a Igreja, muito maternalmente, chama todos os seus membros a uma renovação espiritual. E o primeiro passo a ser dado consiste em rever a forma como lutamos contra as tentações. Para bem travar essa batalha, Nosso Senhor nos oferece um perfeito exemplo no Evangelho desta Liturgia.

Depois de quarenta dias de jejum, Jesus tem fome (cf. Lc 4, 2). O inimigo se aproxima d'Ele e Lhe diz: “Manda que esta pedra se mude em pão” (Lc 4, 3).

“Nem só de pão vive o homem” (Lc 4, 4), contesta o Salvador. O pão simboliza os prazeres materiais; quanta gente se agita, se esforça e sofre por interesses fugazes. A Liturgia quaresmal nos convida a recordarmos que a matéria não pode ser a finalidade última de nossas vidas, e a nos perguntarmos: será que tenho dado real e sincera precedência ao que diz respeito à minha salvação eterna?

“Eu Te darei todo este poder e toda a sua glória [...]. Se Te prostrares diante de mim em adoração, tudo isso será teu” (Lc 4, 6-7), prossegue o tentador. O demônio tem a arte de pintar, aos nossos olhos ingênuos, atos opostos à vontade de Deus como enganosa fonte de felicidade. Assim tentou fazer com Nosso Senhor, e tenta fazer com todos os homens, desde Adão e Eva.

Para não sucumbir a essa tentação, basta o reconhecimento da autoridade de Deus sobre nós, como declarou Jesus: “Só a Ele servirás” (Lc 4, 8). Hoje também devemos nos interrogar: tenho eu buscado as alegrias fugazes do pecado, desprezando os

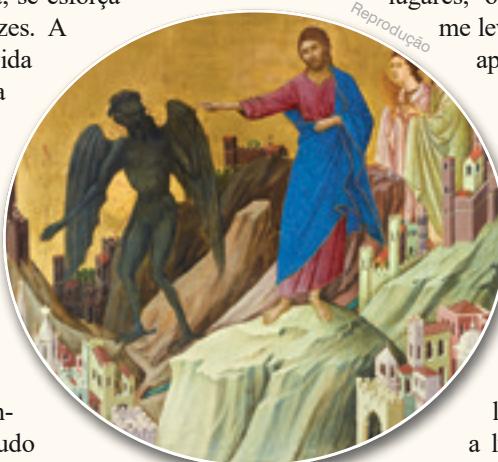
Mandamentos Divinos, ou a prática da virtude, único manancial de verdadeira felicidade?

Por fim, o diabo transporta Nosso Senhor ao pináculo do Templo e Lhe diz: “Atira-Te daqui abaixo!” (Lc 4, 9). Trata-se de um convite a uma tola pretensão de sair ilesos do perigo. Muitas vezes o demônio não propõe diretamente o pecado, mas a ocasião...

Acaso não é essa a mesma pretensão de não poucos que se colocam em ocasiões próximas de pecado? E a resposta de Nosso Senhor – “Não tentarás o Senhor teu Deus” (Lc 4, 12) – suscita uma questão na consciência: tenho ficado longe das pessoas, lugares, objetos e circunstâncias que me levam ao pecado? Ou deles me aproximo com a ilusória pretensão de não pecar, mesmo me expondo ao perigo?

A nossa passagem para a vida eterna depende de uma fé operosa no mistério do Ressurreição. Não se trata somente de crer, mas de combater pelo que se crê. E a Liturgia deste domingo nos inspira a pedir luzes do Espírito Santo para a luta contra as tentações, que consiste em levarmos uma vida impostada para o sobrenatural, em oposição a uma existência de prazeres materiais; em procurar a felicidade na obediência à Lei de Deus, contrariando as passageiras alegrias oferecidas pelo demônio, pelo mundo e pela carne; em sempre buscar as ocasiões de virtude, em oposição às ocasiões de pecado.

Assim, quando findarem os nossos “quarentas dias” no deserto, ou seja, os poucos anos de nossa vida mortal, veremos os Anjos descerem do Céu e conduzir-nos ao banquete eterno. ♣



“Tentação de Cristo na montanha”,
por Duccio di Buoninsegna -
Coleção Frick, Nova York

**Por tentações
todos temos
de passar.
Que exemplo
o Divino
Mestre nos
dá para
combatê-las
eficazmente?**

Como encontrar a luz num mundo de trevas?



✉ Pe. Cyril Avinash, EP

Os avanços tecnológicos das últimas décadas descortinaram para o homem a existência de realidades jamais suspeitadas. Hoje conhecemos certas frequências, como a dos raios ultravioleta e infravermelho, que são ocultas ao olho humano, mas podem ter uma ação intensa e às vezes até nociva sobre nossa pele. Da mesma forma, alguns espectros sonoros são captáveis por determinados seres vivos e não por outros. Isto faz com que, por exemplo, os cães ouçam sons inaudíveis a nós. Tais elementos nos apresentam um mundo inacessível aos nossos sentidos.

Ora, se existem luzes e sons que não percebemos no campo físico, o que dizer então daquelas “coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou” (I Cor 2, 9)?

Contudo, a mesma tecnologia que deveria ajudar-nos a compreender, por analogia, o mundo sobrenatural, nos condiciona cada dia mais a vivermos apartados dele, “encerrados” num universo material autossuficiente, independente e pretensamente perfeito, que busca proporcionar ao homem a completa satisfação de seus anseios e necessidades; universo este – não poderia ser diferente – vedado a qualquer influência transcendental e do qual Deus é o grande excluído.

Na segunda leitura, o Apóstolo denuncia a mentalidade dos que assim vivem: “O fim deles é a perdição, o deus deles é o estômago, a glória deles está no que é vergonhoso e só pensam nas coisas terrenas” (Fl 3, 19).

Já no Evangelho encontramos a narração da Transfiguração do Senhor (cf. Lc 9, 28b-36). Aos seus mais próximos, Jesus quis revelar-Se como Deus no alto de uma montanha, onde lhes mos-

trou a glória de sua divindade, a sua realeza e o seu poder. Com que finalidade? Para que seus discípulos não prevaricassem diante da aspereza da Cruz e não se envergonhassem d’Ele quando O vissem padecer.¹

No fundo, o Divino Redentor concedia a seus Apóstolos uma graça insigne: a elevação de vistas, por meio da qual poderiam curar-se do naturalismo que os cegava e se tornarem, nas palavras de São Paulo, “cidadãos do Céu” (Fl 3, 20). Sendo fiéis a essa dádiva, viveriam sempre em função da visão do Monte Tabor, o que lhes daria forças para suportar corajosamente os tormentos da Paixão.

Ora, nunca estivemos tão cercados de incertezas como em nossos dias. Guerras, epidemias e catástrofes sublinham a cada instante a autenticidade das profecias de Nossa Senhora em Fátima. Entrementes, o mundo idílico fabricado pelos propagandistas do materialismo ameaça ruir a qualquer instante, abandonando seus adeptos à própria sorte.

Nesta hora, quem permanecerá de pé senão os autênticos “cidadãos do Céu”, que com as vistas elevadas esperam no Senhor e por isso têm coragem (cf. Sl 26, 4)? Sabem eles que o Criador do universo possui o poder de sujeitar a Si todas as coisas (cf. Fl 3, 21).

Com os que assim vivem, a exemplo do patriarca Abraão, Deus estabelece uma aliança indissolúvel (cf. Gn 15, 18), pela qual, mesmo em meio às mais terríveis trevas do panorama atual, eles podem proclamar: “O Senhor é minha luz e salvação, de quem eu terei medo? O Senhor é a proteção da minha vida, perante quem eu tremerei?” (Sl 26, 1). ♣

¹ Cf. SÃO LEÃO MAGNO. *Sermon 51*, n.2: SC 74bis, 25.

“Se não vos converterdes, pereceréis como eles”



✉ Pe. César Javier Díez Juárez, EP

Era crença geral entre o povo hebreu que qualquer desgraça acontecida a alguém teria por causa seus próprios pecados ou os de seus pais. Daí o fato de em certa ocasião os discípulos perguntarem a Jesus, a respeito de um cego, se tal desventura seria culpa dele ou de seus progenitores (cf. Jo 9, 1-2). Por certo, Deus pode castigar-nos para o nosso bem, como se lê no trecho do Evangelho em que Nossa Senhor adverte o paralítico por Ele curado: “Não peques mais, para não te acontecer coisa pior” (Jo 5, 14).

Além disso, observamos que existia na seita dos fariseus a tendência a se sentirem superiores perante os infortúnios e pecados do próximo, como nos mostra a parábola do fariseu e do publicano (cf. Lc 18, 9-14).

Essas considerações nos ajudarão a compreender o Evangelho deste 3º Domingo da Quaresma (cf. Lc 13, 1-9).

Lemos que “alguns” dos ali presentes contaram a Jesus o que havia ocorrido com os galileus assassinados por ordem de Pilatos no momento de oferecer o sacrifício, mesclando seu sangue com o das vítimas que imolavam. Para surpresa deles, replicou-lhes Jesus pondo em dúvida que os sobreviventes, tanto desse desdito caso quanto os do desabamento da Torre de Siloé, fossem menos pecadores que os falecidos.

Na resposta do Divino Mestre transparece uma séria censura à atitude daqueles que Lhe deram a notícia, os quais sentiam-se justificados vendo o castigo dos que haviam perecido. Ora, advertiu-nos em várias ocasiões Dr. Plinio Corrêa de Oliveira que quem tem o vício de criticar o próximo age assim porque, no fundo, julga-se superior. Por este motivo Nossa Senhor os admoesta: “Se não vos converterdes, ireis morrer todos do mesmo modo” (Lc 13, 5), pondo aqueles judeus no nível espiritual dos falecidos.

Nesse sentido, na segunda leitura (I Cor 10, 1-6.10-12) São Paulo exorta os coríntios a evitarem a murmuração, contra Deus ou contra o próximo, a nunca se julgarem justificados e a vigiarem para não cair.

A verdade não está em quem se diz isento de pecados (cf. I Jo 1, 8). Devemos, pois, nos perguntar se não caímos na presunção de pensar que estamos dispensados de nos confessar, sob a alegação tão ouvida ultimamente: “Eu não tenho pecados”.

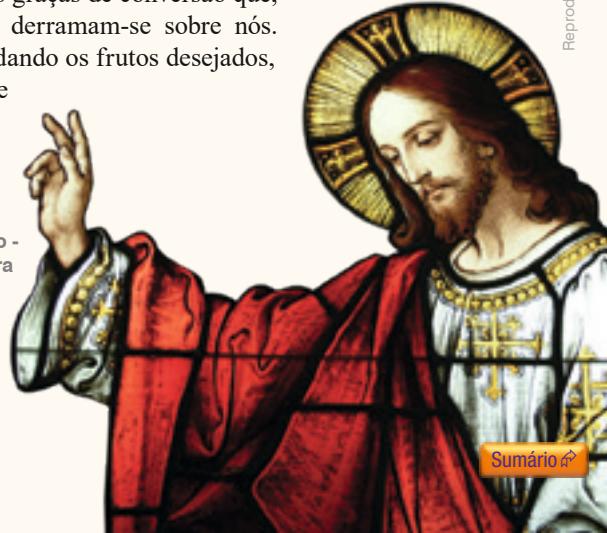
Cabe-nos agora, na metade da Quaresma, nos perguntarmos como vamos nos apresentar nas celebrações litúrgicas do Tríduo Pascal: necessitaremos purificar nossa alma de maledicências e tagarelices contra Deus ou contra o próximo?

Deus não quer a morte do pecador, mas que ele se converta e viva (cf. Ez 33, 11). Por isso Jesus, depois da severa advertência, propõe a seus ouvintes a parábola da figueira estéril, na qual Ele Se apresenta como o Divino Viticultor disposto a defender essa árvore – que poderia ser cada um de nós – da decisão do Senhor da vinha, e Se compromete a nos fortificar com os Sacramentos da Penitência e da Eucaristia.

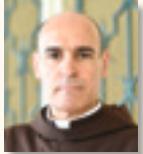
Sabíamos aproveitar o tempo que nos resta para extirpar de nossa alma tudo quanto impede sua frutificação, e aceitemos as graças de conversão que, neste tempo favorável, derramam-se sobre nós. Não aconteça que, não dando os frutos desejados, sejamos definitivamente cortados. ♣

Nosso Senhor Jesus Cristo -
Catedral de Nossa Senhora
dos Anjos, Los Angeles
(Estados Unidos)

*Nesta
Quaresma,
extirpemos de
nossas almas
tudo quanto
nos impede
de progredir
na vida
espiritual,
começando por
reconhecer que
precisamos
fazê-lo*



Como nos livrarmos da impenitência e do orgulho



✉ Pe. Eduardo Miguel Caballero Baza, EP

O filho pródigo pecou gravemente contra Deus e contra seu pai. Nem sequer o movimento sincero de sua conversão está livre de interesse pessoal: “Quantos empregados do meu pai têm pão com fartura, e eu aqui, morrendo de fome” (Lc 15, 17). Entretanto, ele aceita com simplicidade a humilhação de ser perdoado e as manifestações de alegria do pai por tê-lo recuperado com vida. Jamais poderia imaginar uma tal reação, mas, certamente surpreso, deixa-se perdoar.

De fato, é tão importante querer perdoar quanto aceitar o perdão oferecido. As duas atitudes são elementos necessários para que se dê a verdadeira restauração.

E o filho mais velho? Nunca pecou! Ou pelo menos é isso que ele pensa de si mesmo: “Jamais desobedeci a qualquer ordem tua” (Lc 15, 29). Será verdade que nunca havia pecado contra seu pai? *Nemo repente fit summus*, nada de grande se faz subitamente: se neste momento auge ele contraria o desejo de seu pai em relação ao irmão, isso significa que já o fazia antes... Sim, o filho mais velho pecou; pecou de orgulho, de ira, de inveja. E rejeitou o insistente convite de seu pai a participar do perdão dado ao seu irmão. Terá ele pecado apenas levemente? É uma boa pergunta...

Evidentemente o próprio Deus é quem teria concedido todas e cada uma das graças ao filho ingrato que esbanjara os bens de seu pai, desde os primeiros remorsos de consciência “quando ainda estava longe” (Lc 15, 20), como também ao filho orgulhoso que não queria perdoar. Como o maná dado gratuitamente aos israelitas durante quarenta anos no deserto, recordado na primeira leitura (Js 5, 9a.10-12), assim Ele distribui as suas graças aos pobres pecadores. A bem dizer, o artífice da conversão é sempre o Senhor, mas ela nunca se dá sem o consen-

timento da alma pecadora, que deve aceitar ser curada. Qual terá sido a reação final do filho mais velho? A parábola não o diz.

A Liturgia deste Domingo *Lætare* nos convida à alegria. Esta consiste em duas atitudes diferentes, mas harmônicas. De um lado – como o filho pródigo –, em se deixar perdoar com simplicidade, aceitando a misericórdia de Deus humildemente. De outro – fazendo o contrário do filho mais velho –, em saber perdoar os outros, acatando com submissão o perdão que Deus quer lhes conceder.

Dispôs a Divina Providência que Maria Santíssima tornasse possível o que afirma São Paulo na segunda leitura: “Em Cristo, Deus reconciliou o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas” (II Cor 5, 19). É Ela quem obtém de Deus a graça da conversão para os “filhos pródigos”, para “os filhos mais velhos”... e também para nós. Peçamos a Nossa Senhora que nos livre da impenitência e do orgulho. ♣



ViajeulidioOo (CC BY-SA 3.0)

*Os dois
irmãos da
parábola
do filho
pródigo são
paradigmas de
como devemos
nos comportar
em face do
perdão que
Deus quer
dar a nós e
aos outros*

“O retorno do filho pródigo”, por Félix Boisselot - Escola Nacional Superior de Belas Artes, Paris

QUÃO DIVERSOS SÃO OS JUÍZOS DE DEUS!

Tmbora a devoção à santa carmelita de Lisieux, Teresinha do Menino Jesus, seja amplamente difundida, poucos são os que nela reconhecem e admiram uma virtude muito esquecida em nossos dias: a retidão! Entre as diversas qualidades sobrenaturais que ornaram sua alma, pode-se dizer que a retidão serviu-lhe de alicerço na vida espiritual, fazendo com que sua preocupação exclusiva consistisse em ser como Deus a queria, e não em aparentar aquilo que os homens desejavam dela...

É costume nos conventos as religiosas disporem de um período de lazer, no qual conversam ou se distendem em atividades diversas. Em dezembro de 1896, encontrava-se Santa Teresinha nesse momento de recreação quando se ouviram tocar os sinos, indicando a chegada de alguma visita.

Tratava-se da entrega dos galhos de árvore destinados ao presépio daquele ano. Madre Inês de Jesus, que nessa ocasião era a chamada “depositária”, ou seja, responsável pela economia do Carmelo, estava ausente. A irmã porteira saiu, então, em busca de alguma freira que pudesse acompanhá-la para receber o material, segundo as determinações da regra. Deparando-se com a Ir. Teresinha e outras tantas que a circundavam, perguntou: “Quem vai me servir de terceira?”

Santa Teresinha se entusiasmou com a ideia e, como ela mesma conta, sentiu-se inclinada a se ofe-

recer. De imediato começou a tirar seu avental. Entretanto, ao perceber que ao seu lado a Ir. Maria de São José também se animara com a função, resolveu desprender-se do avental lentamente, para dar-lhe a oportunidade de se apresentar primeiro, o que de fato aconteceu.

Sem suspeitar do que se passara no interior da Santa, a irmã porteira a fitou e, em tom de deboche, disse-lhe: “Muito bem, quer dizer que é a nossa Ir. Maria de São José quem vai ganhar esta pérola para a sua coroa, porque estás lerda, a fazer corpo mole”.¹ A santa carmelita apenas esboçou um sorriso, e logo refletiu consigo: “Ó meu Deus, quão diferentes dos nossos são os vossos juízos! É assim que nos enganamos, muitas vezes, nesta terra, considerando como imperfeição em nossas irmãs o que é mérito diante de Vós”.²

Que lição esse fato nos traz! E nós? Quantas vezes nos importamos com as opiniões alheias e, por isso, mudamos nosso modo de agir ou de pensar... Ou, pior, quantas vezes julgamos os outros somente pelas aparências, as quais nem sempre conferem com o que eles levam no interior!

Em tais circunstâncias, lembramo-nos do exemplo que nos deu a admirável Santa de Lisieux e, implorando seu auxílio, roguemos que nos obtenha a graça de sermos simples diante de Deus, livres de qualquer laivo de farisaísmo, ou seja, almas inteiramente íntegras e puras. ♣

¹ Cf. SANTA TERESA DE LISIEUX. *Não morro... entro na vida*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2021, p.33.

² Idem, ibidem.



Reprodução

Carmelitas de Lisieux durante uma recreação, em 1895.
Santa Teresinha é a primeira em pé, à esquerda



A grande lei da misericórdia

Com a Encarnação do Verbo, iniciou-se um novo relacionamento entre o Criador e suas criaturas, regido pelo perdão e pela misericórdia.

✠ Mons. João Scognamiglio Clá Dias, EP

Quando temos a oportunidade de percorrer a História da Antiguidade, anterior à vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, portanto, fica-nos a impressão de que uma noite profunda reinava sobre o mundo, com uma densidade de escuridão pavorosa, da qual estavam ausentes toda bondade e harmonia no relacionamento, toda compreensão da natureza humana na sua integridade, beleza e dignidade. E constatamos tristemente o quanto o homem, decaído pelo pecado e sem o auxílio sobrenatural, é capaz das piores barbáries.

Para termos uma ideia mais aproximada de como a vida social estava baseada no egoísmo e no ódio, basta lembrar que todos os povos praticavam a escravidão. Quando uma nação vencia outra, esta se tornava escrava da primeira, que a tratava com incrível brutalidade. O escravo era considerado *res* – do latim, coisa –, e a respeito das próprias “coisas” cada um, sendo proprietário, fazia o que queria, tendo inclusive, em muitos casos, o direito de vida e morte sobre o outro.

Mesmo em Israel, o povo eleito, existiam nada menos do que a escravidão e várias formas de pena de morte, como a lapidação. E as próprias figuras bíblicas do Antigo Testamento

foram criadas por Deus para sustentar uma sociedade que vivia num regime duríssimo.

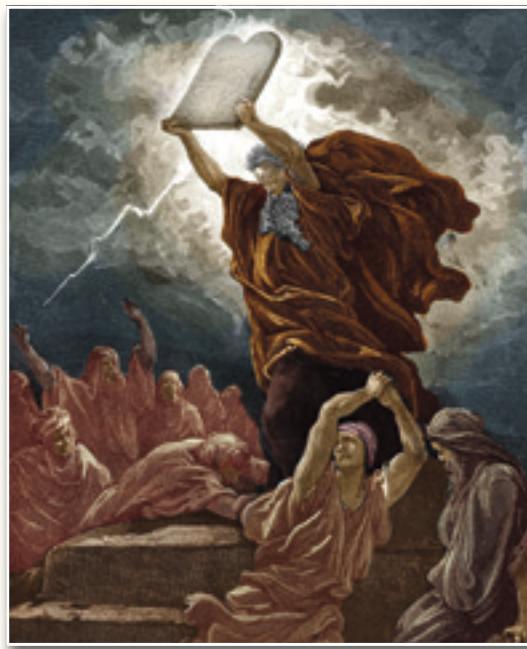
O que garantia essa sustentação? A Lei recebida por Moisés, gravada em tábuas de pedra; uma Lei pesada e rígida, pela qual, quando um israelita cometia uma falta grave, a estrita justiça era aplicada de imediato. E assim, à espera de que o regime da misericórdia fosse estabelecido na face da

terra, a Antiga Aliança conservava as pessoas sob o jugo do medo – da “maldição da Lei” (Gal 3, 13), segundo São Paulo – para se manterem com relativa segurança na prática da virtude.

A ideia que se tinha de Deus, não era a de um Pai, mas de um Senhor justicíero, radical e intransigente que, ao Se manifestar no Monte Sinai, reunira todo o povo em torno e fizera a montanha tremer, no meio de fogo, fumaça, tempestade, trovões e som de trombeta aterradora (cf. Ex 19, 18-19).

**Nosso Senhor Se fez
o emblema da misericórdia...**

Mas Deus, desde toda a eternidade, sabia que os castigos e as ameaças não consertariam o desastre que se instalara na terra com o pecado cometido por Adão e Eva. Por isso, chegada a plenitude dos tempos, as Três Pessoas da Santíssima Trindade criaram Nossa Senhora, em cujo seio virginal o Verbo assumiu a natureza humana para reparar a falta original e saldar a dívida da humanidade. Então a História mudou completamente: à custa de seus sofrimentos, entregando-Se por morte de Cruz, Ele pagou com superabundância o preço da Redenção do gênero humano, elevou-o de novo ao plano divino e as portas do Céu, antes fechadas, se abriram para os homens.



Reprodução

A Antiga Aliança conservava as pessoas sob o jugo do medo – da “maldição da Lei” –, para se manterem com relativa segurança na prática da virtude

“Moisés quebra as Tábuas da Lei”, por Gustave Doré



Ora, Nossa Senhora Jesus Cristo nasce para Se colocar à nossa altura e à nossa disposição. O Todo-Poderoso, que fazia o monte estremecer e mandava cair fogo do céu, vem trazer palavras de esperança, de vida e de alento, que dão à humanidade decaída uma ideia do quanto o mesmo Deus que odeia o mal não rejeita os pecadores que tombam por debilidade, e está predisposto a usar da misericórdia que Ele havia represado em Si até esse momento.

Jesus Se faz, portanto, o emblema da misericórdia. Seu Coração humano Se comove e sente alegria em beneficiar os miseráveis. Por isso nunca deixa de curar um só doente, converte a samaritana e Maria Madalena, perdoa os pecados do paralítico que desce pelo teto e da mulher apanhada em adultério. Não há uma só pessoa que se aproxime d'Ele para pedir perdão que não saia absolvida. Naquelas circunstâncias, o rigor seria contraindicado e afastaria os pecadores dispostos a se arrepender e a aceitar a Boa-Nova; cabia apenas a aplicação do bálsamo da condescendência e do amor.

Os únicos que o Salvador não cura são os fariseus, que murmuram baixinho aos ouvidos dos discípulos condenando-O porque toma refeição com os publicanos e pecadores. E eles ouvem, dos divinos lábios, frases que os deixam aplastados: “Não vim chamar à conversão os justos, mas sim os pecadores” (Lc 5, 32); “Não vim para condenar o mundo, mas para salvá-lo” (Jo 12, 47). Essas palavras ferem não só os ouvidos, como também os critérios empedernidos daqueles judeus, contradizendo os princípios de trato existentes entre eles.

...e a proclamou como lei

Que contraste magnífico! Jesus, a Beleza, a Pureza, a Perfeição em essência, não despreza os pecadores, homens tidos como párias, mas os cobre com o manto da sua santidade, como quem diz: “Respeitem esta gen-



Andreas F. Borchert (CC by-sa 4.0)

Nosso Senhor nasce para Se colocar à nossa altura e à nossa disposição: seu Coração humano Se comove e Se alegra em beneficiar os miseráveis

Jesus cura o paralítico - Catedral de São Quíliano, Cobh (Irlanda)

te, porque está sob minha guarda. Eu sou o médico, e eles meus pacientes”.

Vemos na atitude de Nosso Senhor Jesus Cristo não apenas uma manifestação de amizade, mas algo de mais arrojado: Ele aproveitava todas as ocasiões para proclamar a nova grande lei da misericórdia.

A Lei de Moisés continuava a mesma, porque é eterna, conforme disse o Divino Mestre: “Não julgueis que vim abolir a Lei ou os profetas” (Mt 5, 17). Entretanto, Ele vinha completá-la, estabelecendo uma via de santidade

muito mais intensa, que não se baseia no temor da punição, mas na transformação interior das almas através da graça e dos Sacramentos, de maneira que o homem passou a desejar e amar com entusiasmo a prática da Lei, e esta se tornou leve: “Meu jugo é suave e meu peso é leve” (Mt 11, 30).

Deus tem necessidade de perdoar e Se apressa em fazê-lo

As mais belas parábolas sobre a misericórdia narradas no Evangelho – as da ovelha e da dracma perdidas e a do filho pródigo (cf. Lc 15, 3-32) –, Nossa Senhor as conta justamente enquanto discutia com os fariseus, para mostrar como aquele que volta ao rumo verdadeiro, depois de ter abandonado as fileiras da virtude e abraçado o vício, dá mais regozijo a Deus do que os justos que perseveraram.

Recordemos aqui apenas a belíssima cena em que o filho pródigo retorna a casa – podemos imaginá-lo se arrastando, maltrapilho, com as barbas e os cabelos tomados pela imundície dos porcos – e o pai, ao avistá-lo de longe, corre para abraçá-lo...

Nosso Senhor terá colocado esse detalhe na parábola por distração? Não! O Redentor desejava indicar que, quando um pecador se aproxima do Sacramento da Reconciliação, ele, por assim dizer, caminha; Deus, porém, corre, voa, precipita-Se sobre ele, ávido por curá-lo depressa!

O pai apresentado na parábola age de modo totalmente diverso dos padrões comuns de paternalidade, sobretudo daqueles tempos. Longe de humilhar o filho pelo erro cometido, se adianta em recebê-lo e com enorme benevolência cobre de beijos aquele rosto sujo e malcheiroso!

Isso significa que a remissão dos pecados sempre será um dom puramente gratuito, fruto da generosidade de um Pai que deseja não só perdoar, mas também infundir na alma do pecador arrependido forças e energias para evitar novas quedas.



Dir-se-ia que Deus tem necessidade de perdoar, pois é pelo perdão que Ele manifesta sua onipotência. Com efeito, se todos os homens perseverassem na plenitude da fidelidade, sem um só deslize, o Altíssimo Se nos afiguraria como alguém cujo braço esquerdo fosse perfeito, mas o direito estivesse engessado. Sem dúvida conheceríamos a afabilidade divina ao infundir o bem, mas a misericórdia que perdoa a ofensa permaneceria oculta e a obra da criação resultaria imperfeita.



Andreas F. Borchert (CC by-sa 3.0)

Quando um pecador se aproxima do Sacramento da Reconciliação, Deus precipita-Se sobre ele, ávido por curá-lo depressa

Retorno do filho pródigo - Catedral de São Quíliano, Cobh (Irlanda)

Assim, quando em nossa vida cometermos alguma falta por fraqueza, saibamos compreender que essa debilidade dá a Deus o meio de “mover os dois braços”, isto é, de intervir com sua suprema capacidade de perdoar, curar e sustentar.

Primeira condição: reconhecer a própria miséria

De nossa parte, o que Ele espera? Arrependimento! Eis a primeira condição essencial para se receber o perdão. Pois quem julga não ter necessidade deste, engana-se a si mesmo e faz de Deus um mentiroso, como ensina o Apóstolo São João em sua primeira epístola (cf. I Jo 1, 8-10). É o que rezamos diariamente no Pai-Nosso: “Perdoai-nos as nossas ofensas” (Mt 6, 12). Ao compor a oração perfeita, Nosso Senhor não iria incluir uma petição sem sentido. Portanto, a todos cabe afirmar que de fato temos pecado e reconhecêmo-nos, por consequência, devedores.

Com exceção de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Santíssima Virgem – ambos impecáveis e, portanto, não sujeitos a qualquer perdão – todas as outras criaturas poderiam ser mais perfeitas.

Mesmo os Santos têm algum motivo para bater no peito, uma vez que o justo peca sete vezes ao dia (cf. Pr 24, 16). Por que, então, iríamos nos vangloriar de nossas qualidades, apresentando-nos como grandes? Se eles bateram no peito com a mão direita, não devemos nós golpeá-lo com um martelo, gemendo com o coração contrito e humilhado como Davi: “Tem piedade de mim, ó Deus, segundo a tua grande misericórdia” (Sl 50, 1)?

O orgulho humano é, pois, uma loucura e uma monumental estupidez! Se formos presunçoso, confiando demasiadamente em nós mesmos, Deus retirará sua mão e nos deixará em nossa pobreza; se, pelo contrário, soubermos ser humildes, compreendendo não termos outra prerrogativa diante de Deus senão a constatação honesta e sem atenuantes

do nosso nada, Ele nos dará o que pedimos e recuperaremos ainda mais do que perdemos com nossas faltas.

Contudo, a tristeza à vista de nossas imperfeições deve ser temperada pela esperança. Tomemos o cuidado de jamais nos deixarmos abater, e muito menos ainda cairmos no desespero, porque este pode levar o homem a cometer pecados mais graves e numerosos. O pior mal não é a própria falta cometida, mas o desânimo que o demônio introduz na alma do pecador, visando fazer-lhe perder a confiança em Deus.

Segunda condição: perdoar os inimigos pessoais

No entanto, é bom considerar uma segunda condição – não menos essencial que a primeira – para obtermos o perdão, também ensinada por Nosso Senhor no Pai-Nosso: “Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos os que nos tenham ofendido” (Mt 6, 12).

Ele quis, com muita ênfase, pôr em destaque esta condição, pois a repetiu em outras ocasiões: “Se não perdoardes aos homens, tampouco vosso Pai vos perdoará” (Mt 6, 15); “Perdoai, e sereis perdoados” (Lc 6, 37).

Trata-se de palavras comprometedoras, com as quais Nosso Senhor exige uma tal reciprocidade que põe a sorte de cada um nas nossas próprias mãos: para nos reconciliarmos com Deus é absolutamente indispensável perdoarmos os que nos ofenderam, seja pouco ou muito.

Múltiplas são as causas que levam o homem a não esquecer as injúrias recebidas, mas essa dificuldade se origina, sobretudo, numa vida espiritual malcuidada. Se é impossível vencer o rancor sem a graça de Deus, é também verdade que o fluxo da graça precisa ser alimentado com a oração; caso contrário, não se têm forças para perdoar os inimigos.

Evidentemente trata-se aqui de inimigos pessoais, aqueles com os quais



Maria Santíssima fundará o seu Reino sobre um grande perdão, concedido a uma geração fraca, mas fiel, à qual Ela abrirá uma porta de misericórdia

Mons. João em uma reunião no ano de 1998

se antipatiza; não, porém, dos adversários da Fé. No que diz respeito a estes, deve-se exigir uma reparação pelo dano feito a Deus e à Religião.

Façamos, portanto, esforço para amar do fundo do coração aqueles que nos odeiam e, assim, nos assemelhamos a Deus, o grande Perdoador!

O Reino de Maria nascerá de um grande perdão

A Santa Igreja Católica Apostólica Romana teve no seu nascedouro o reconhecimento da própria miséria por parte de pecadores, como foram os Apóstolos. Eles haviam acompanhado Nossa Senhor e assistido a milagres fabulosos realizados por seu poder. Chegada, porém, a hora da Paixão, fugiram e O abandonaram. Mais tarde procuraram, humilhados, Nossa

Senhora e foi no convívio com Ela que encontraram o perdão.

Ora, nós também somos chamados a contribuir para a fundação do Reino de Maria. Entretanto, constatamos que infelizmente nossa natureza está quebrada pela Revolução, dominada por sensações e sujeita a inseguranças. Não somos sequer como os homens do Antigo Testamento, nem mesmo como os Apóstolos, muito menos como os medievais que levantaram a Cristandade. Pelo contrário, se considerarmos nossa vida passada, quantas lacunas e erros, quantas infidelidades, quanta lerditão e relativismo encontraremos!

Como então poderá nascer o mais belo reino da História? Será por nosso esforço? Conseguiremos arrancar de nós as qualidades e virtudes para fazer surgir maravilhas?

Pode-se afirmar que o Reino de Maria será fundado sobre um grande perdão, concedido a pessoas miseráveis que reconhecem suas incapacidades e seu nada. Será o Reino onde o poder de Nossa Senhora brilhará com maior glória, agindo sobre uma geração fraca, mas fiel, pois Ela nos abrirá uma porta de misericórdia (cf. Ap 3, 8).

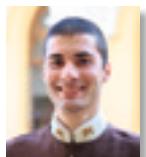
Voltemos os olhos e o coração para a Mãe de todas as graças com confiança de filho único: Ela nos carregará nos seus braços e nos dará, junto com o perdão, o alento para recomendar de forma mais grandiosa o caminho que a humanidade interrompeu pela inconstância. ♦

Excertos de exposições orais proferidas entre os anos de 1992 e 2010

Jesus Cristo institui a Confissão?

Quis Nossa Senhora nos deixar um meio para recorrermos de contínuo ao seu perdão e estarmos moralmente certos de recebê-lo.

⟳ Nelson José Camilo López



Ao proclamar que a vida do homem sobre a terra é uma luta (cf. Jó 7, 1), Jó não faz senão recordar o embate ferrenho que se trava no interior de cada pessoa, na escolha entre o bem e o mal. Maculada pelo pecado, a natureza humana ficou debilitada em extremo, de forma a não conseguir praticar a virtude estavelmente sem ajuda da graça e constante esforço.

Quantas são as ocasiões, porém, em que nos deixamos vencer pelas nossas fraquezas, por ilusões traiçoeiras ou pelos nossos próprios caprichos... Quantas vezes acabamos por cair nos abismos do pecado... Entretanto, pior ainda do que cometer uma falta é tomar uma atitude de indiferença e lassidão depois da queda. Nossas ofensas podem atingir estes ou aqueles Mandamentos, mas o descaso atenta diretamente contra o primeiro: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todas as tuas forças” (Dt 6, 5).

O perdão divino no Antigo Testamento

Por essa razão, desde a primeira falta – o pecado original – o Altíssimo não cessa de convidar

o homem à conversão. É o que comprovamos ao percorrer as páginas do Gênesis. Adão comeu do fruto proibido e logo se escondeu; não obstante, Deus tomou a iniciativa de chamá-lo e atraí-lo de novo a Si, “sôfrego” de que

ele voltasse sua face e suas vias para o caminho do bem (cf. Gn 3, 8-10).

Essa atitude do Criador se repete ao longo de todo o Antigo Testamento. Ele Se manifesta continuamente, desejoso de levar o homem à conversão: ora Se mostra como bom Pai, ora como Esposo amante, Senhor fiel, sempre disposto a renovar sua Aliança e perdoar aquele que se arrepende.¹ Na pena de Isaías, chega a comparar seu amor com o de uma mãe: pergunta, pelos lábios do profeta, se uma mulher pode esquecer-se daquele que amamenta e não ter ternura pelo fruto de suas entradas; e afirma que, mesmo se isso acontecesse, Ele jamais abandonaria os seus (cf. Is 49, 15).

De vários modos, o Deus de misericórdia suscitava no coração de cada ser humano o sentimento de compunção, seja pelos rituais penitenciais da Lei mosaica, seja pelas pregações proféticas ou pelas práticas de excomunhão da sociedade.

Nossa Senhora Jesus Cristo e o perdão aos pecadores

Com o advento do Redentor, o perdão e a conversão adquirem um sentido muito mais profundo. Em primeiro lugar, Ele



Deus é o Pai amoroso que sai ao encontro do filho compungido, esquecendo tudo o que houve no passado

“Retorno do filho pródigo”, por Guercino - Museu Diocesano de Włocławek (Polônia)

nos introduz num convívio íntimo com Deus, ao dar-nos a graça de nos tornarmos seus filhos e de tratá-Lo como tais: “Pai nosso, que estais no Céu...” (Mt 6, 9).

Ao mesmo tempo, é notório como suas parábolas estão pervadidas de amor misericordioso para com os fracos. Entre elas, podemos lembrar a da oração do publicano (cf. Lc 18, 9-14), a do rei indulgente e do súdito ingrato (cf. Mt 18, 23-35), a do bom pastor (cf. Lc 15, 3-7) e – talvez seja esta a mais expressiva de todas – a do filho pródigo (cf. Lc 15, 11-32). Com efeito, Deus é o Pai amoroso que nem sequer aguarda o filho compungido aproximar-se de longe, mas sai ao seu encontro, esquecendo tudo o que houve no passado. Inclusive prepara uma festa para celebrar a conversão daquele que estivera perdido.

O perdão dos pecados é o eixo da missão redentora do Verbo Encarnado, a tal ponto que Ele o quis deixar consignado na fórmula da consagração eucarística: “Tomou depois o cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: ‘Bebei dele todos, porque isto é meu Sangue, o Sangue da Nova Aliança, derramado por muitos homens *em remissão dos pecados*’” (Mt 26, 27-28).

Agora, resta a pergunta: Cristo outorgou esse poder à sua Igreja?

O momento da instituição

O Evangelho deixa muito claro que Jesus não quis absolver apenas enquanto estava fisicamente presente na terra. Ele nos legou um meio pelo qual podemos recorrer de contínuo ao seu perdão, e estarmos moralmente certos de recebê-lo. Essa insigne dádiva é o Sacramento da Confissão.

O momento escolhido para instituí-lo foi a própria tarde do Domingo de Páscoa, quando Ele apareceu ressurreto aos Apóstolos: “Disse-lhes outra vez: ‘A paz esteja convosco! Como o Pai Me enviou, assim também Eu vos envio a vós’. Depois dessas palavras, soprou sobre eles dizen-



Reprodução

“Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados”: ao conceder aos Apóstolos a faculdade de absolver, Jesus lhes confia um poder divino

Nosso Senhor aparece aos Apóstolos no Cenáculo, por Duccio di Buoninsegna - Museo dell'Opera del Duomo, Siena (Itália)

do-lhes: ‘Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos’” (Jo 20, 22-23).

O mandato

Desse modo, o Divino Redentor concede aos Doze a capacidade de absolver em seu nome.

Em primeiro lugar, a expressão “como o Pai Me enviou, assim também Eu vos envio a vós” torna claro que existe uma analogia entre a missão de Cristo e a da Igreja, representada ali pelo Colégio Apostólico. Da mesma forma como Nosso Senhor veio para salvar todo o gênero humano (cf. Jo 3, 17), principalmente através da vitória sobre o pecado, Ele envia os Apóstolos – e por meio deles seus sucessores – a continuar essa missão que recebeu do Pai.

Logo depois “soprou sobre eles dizendo-lhes: ‘Recebei o Espírito Santo’”. Não se deve confundir esta passagem com a descida do Paráclito

em Pentecostes, fato que aconteceria cinquenta dias depois. Segundo uma interpretação autorizada, Jesus infunde aqui o Espírito Santo para conferir à Igreja os meios sobrenaturais de que necessita a fim de continuar e prolongar a presença e a atuação d’Ele no tempo e no espaço.²

Ademais, no próprio gesto do Salvador há um simbolismo muito profundo, relacionado com o perdão dos pecados: assim como o sopro divino gerou a vida humana (cf. Gn 2, 7), é o Espírito Paráclito quem infunde a vida da graça em nós.

Por último, Jesus lhes diz: “Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos”. Quem é capaz de apagar as faltas, senão Deus (cf. Mc 2, 7)? Ao conceder-lhes a faculdade de absolver, Nosso Senhor lhes confia um poder propriamente divino: o Criador deseja servir-Se de um ministro ou intermediário para distribuir com largueza sua misericórdia.



Jesus está sempre disposto a perdoar

Um pormenor interessante a ser destacado é que em nenhum momento Jesus recusa o perdão ao pecador. Ele não diz “a quem negardes”, mas “a quem retiverdes”. Alguns autores³ esclarecem que, com este verbo, não se deve entender a recusa da absolvição, e sim a exigência de condições para obtê-la. Dessa maneira, a remissão da falta comporta duas etapas: por um lado, a imposição de certas obrigações e, por outro, a declaração de que os pecados estão apagados. Deus anseia por conceder a vênus; porém, antes é necessário que o penitente elimine os obstáculos que o impedem de recebê-la.

Não podemos nos esquecer de que, ao perdoar, Jesus Cristo exige sempre uma mudança de vida, como quando exorta a adúltera a não mais ofender a Deus (cf. Jo 8, 11). Mas àqueles que se convertem de coração, Ele promete o Reino de Deus: “Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso” (Lc 23, 43).

Por que confessar-se?

Contudo, uma dúvida poderá aflorar em nosso entendimento. Em nenhuma passagem dos Evangelhos Nossa Senhor parece impor a necessidade de confessarmos nossos pecados a outro homem. Ele apenas diz que os Apóstolos podem perdoá-los ou retê-los. Por que, então, a Igreja determina a acusação das faltas ao sacerdote? Na verdade, uma coisa decorre da outra.

No Sacramento da Confissão, o ministro desempenha o papel de juiz e de médico. Juiz, porque o Divino Mestre o encarregou da obrigação de decidir se perdoa ou retém os pecados. Esta escolha exige um julgamento de sua parte e, como afirma o Concílio de Trento,⁴ os sacerdotes não serão bons juízes se a

Francisco Lecaros



Por vontade do Redentor, o ministro age em seu nome como juiz e médico das almas; do penitente, o que se exige é abandonar-se confiadamente à Divina Misericórdia

Absolvição depois da Confissão - Catedral do Santíssimo Salvador, Aix-en-Provence (França)

causa não lhes for conhecida de modo a emitir a sentença adequada.

Ademais, quando declaramos com sincero arrependimento nossas faltas ao ministro e recebemos dele a absolvição, saímos com confiança plena de que fomos perdoados por Deus. De outra maneira, como teríamos tal certeza? Daí ser imprescindível que o penitente confesse suas faltas.

E uma vez que o confessor exerce também o ofício de médico, segue-se que devemos lhe declarar nossas faltas a fim de receber a devida ajuda. Não é humilhante submeter-se ao crivo de um bom especialista quando se está doente pois, “se o enfermo se envergonha de mostrar a chaga ao médico, a perícia deste não poderá curar aquilo que ignora”.⁵ Do mesmo modo, quem foi ferido por Satanás cometendo algum pecado, não se deve envergonhar de re-

conhecer a sua culpa e afastar-se dela, recorrendo à medicina da Penitência.⁶

A Confissão e o Mistério Pascal

Por fim, convém recordar um último detalhe, o qual corrobora a altíssima estima que devemos nutrir pela Confissão: a relação entre sua instituição e a da Sagrada Eucaristia. Durante a Última Ceia, momentos antes de iniciar a Paixão, o Divino Redentor legou-nos o Sacramento de seu Corpo e Sangue; e na tarde do Domingo de Páscoa, em seu primeiro encontro com os Apóstolos, deu-lhes o poder de perdoar os pecados. Assim, Nossa Senhor inaugurou o Tríduo Pascal celebrando o Sacrifício Eucarístico e o encerrou estabelecendo o Sacramento da Penitência.

Também o fato de a Tradição haver sempre considerado que tanto estes dois acontecimentos quanto Pentecostes deram-se no mesmo lugar – o Cenáculo – manifesta a estreita relação que há, no mistério salvífico, entre a Eucaristia, o Sacramento do perdão e a dupla efusão do Espírito Santo: com eles se perpetua a completa e definitiva vitória de Cristo sobre o pecado e a morte.

Uma insigne dádiva outorgada aos homens

Enorme prova de amor é a Confissão, por meio da qual o Criador oferece com tanta facilidade seu perdão ao pecador contrito. Ele, que estaria no direito de nos punir logo após a falta cometida, não cessa de derramar sobre nós graças de conversão, com o intuito de que procuraremos fervorosamente esse sublime Sacramento.

Por vontade do Redentor, o ministro age em seu nome como juiz e médico das almas. Do penitente, o que se exige é abandonar-se confiadamente



EFEITOS DA CONFISSÃO SACRAMENTAL

Não há dúvida de que a Confissão, realizada nessas condições, é um meio de altíssima eficácia santificadora. Porque por ela:

a) O Sangue de Cristo cai sobre nossa alma, purificando-a e santificando-a. Por isso, os Santos que receberam luzes vivíssimas sobre o valor infinito do Sangue redentor de Jesus tinham verdadeira fome e sede de receber a absoliação sacramental.

b) A graça *ex opere operato* aumenta em nós, ainda que em graus differentíssimos segundo as disposições do penitente. De cem pessoas que tenham recebido a absolvição das mesmas faltas, não haverá duas que receberam a graça no mesmo grau. Este depende da intensidade do arrependimento e do grau de humildade com que cada qual se acerco do Sacramento.

c) A alma sente-se cheia de paz e de consolo. E esta disposição psicológica é indispensável para se correr nos caminhos da perfeição.

sável para se correr nos caminhos da perfeição.

d) Recebem-se maiores luzes nos caminhos de Deus. Assim,

por exemplo, depois de nos confessarmos compreendemos melhor a necessidade de perdoar as injúrias que nos são feitas, vendo quão misericordiosamente nos perdoou o Senhor; e nos advertimos com mais clareza da malícia do pecado venial, mancha que enfeia e suja a alma, privando-a de grande parte de seu brilho e formosura.

e) Aumentam-se consideravelmente as forças da alma, proporcionando-lhe energia para vencer as tentações e fortaleza para o perfeito cumprimento do dever. Claro que essas forças se vão debilitando pouco a pouco, e por isso é necessário aumentá-las de novo com a Confissão frequente.



A Confissão é um meio de altíssima eficácia santificadora, pois pelo Sangue de Cristo ela purifica a alma, dando-lhe paz, luzes e forças

Confessionário da Basílica de Nossa Senhora do Rosário, Caieiras (SP)

à Divina Misericórdia e confessar os seus pecados, certo de obter o incomparável perdão de Deus.

Assim, o Sacramento da Penitência revela-se como um verdadeiro tesouro que a Providência pôs ao alcance de

todos. É nosso dever saber recorrer a ele frequentemente, com humildade e gratidão. ♣

¹ À guisa de exemplo, selecionamos algumas passagens que tratam do perdão ou da correção de Deus como Esposo fiel: Ez 16, 60-63; Is 54, 4-8; 62, 3-5; Jer 3, 1-13; e como bom Pai: Dt 8, 5; Pr 3, 12; Sl 26, 10; 102, 13.

² Como se pode ler no *Catecismo*: “Recebem o Espírito de Jesus

para agir em seu nome e em sua Pessoa” (CCE 1120). Ver também: ADNÈS, SJ, Pierre. *La Penitencia*. Madrid: BAC, 1981, p.41.

³ Por exemplo: ROUILLARD, Philippe. *História da Penitência, das origens aos nossos*

dias. São Paulo: Paulus, 1999, p.17-18.

⁴ Cf. CONCILIO DE TRENTO. *Doutrina sobre o Sacramento da Penitência*, c.5: DH 1679-1680.

⁵ SÃO JERÔNIMO. *Commentarius in Ecclesiasten*, c.X: PL 23, 1096.

⁶ Cf. AFRAATES. Exposição 7. In: CORDEIRO, José de Leão (Ed.). *Antologia litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. 2.ed. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2015, p.391.

David Ritchie

Extraído de: ROYO MARÍN, OP, Antonio. *Teología de la perfección cristiana*. Madrid: BAC, 2008, p.450



Por que e como se confessar?

A quantidade ou a gravidade dos pecados, a vergonha ou a preguiça, nada pode servir de pretexto para nos utilizarmos mal ou nos afastarmos deste Sacramento de cura e salvação.



✉ Ir. Maria Cecília Lins Brandão Veas

Judas Iscariotes, vendo que Jesus fora condenado à morte, dirigiu-se ao Templo a fim de se desfazer do dinheiro espúrio com o qual vendeu seu Mestre. Chegando lá, envolto em trevas e tomado de desespero, disse aos príncipes dos sacerdotes: “Pequei, entregando o sangue de um justo!” E aqueles pérfidos ministros limitaram-se a responder: “Que nos importa? Isso é lá convosco” (Mt 27, 3-4). Judas, então, atirou ao chão as moedas, saiu do lugar santo e se enforcou.

Oh, Judas! Acaso não tinhas por Mestre o Redentor que tira o pecado do mundo? Por que não correste para Ele, e sim para a perdição? Como doeu ao Coração de Jesus ver aquele que vivera três anos na escola de seu amor desconfiar de seu perdão e precipitar-se desesperadamente entre os condenados!...

Pois bem, este mesmo Jesus, desprezado pelo traidor, espera a cada um de nós no confessionário para conceder-nos as torrentes de seu perdão. Acaso Lhe diremos também um “não”?

Pecadores por natureza, penitentes pela graça

Perdão. Bela e comovente palavra, divina potestade, e real necessidade

para os homens. Quem não precisa de perdão? Exceção feita absolutamente de Nosso Senhor Jesus Cristo e moralmente de Maria Santíssima, todo homem é pecável por natureza enquanto peregrina neste vale de lágrimas pois, embora o Batismo apague da alma a mancha original, não a livra das fraquezas e da concupiscência que a inclinam ao pecado.¹ Este, uma vez cometido, afasta a alma de Deus e torna imperiosa uma posterior conversão a Ele, tanto mais dolorosa quanto maior tenha sido o afastamento. E essa dor caracteriza uma virtude pouco considerada, mas muito necessária a nós, criaturas defectíveis: a penitência.

Em geral admite-se que a palavra *penitência* seja derivada do latim *pœnam tenere*, que quer dizer ter pena ou dor, condoer-se; ou de *pœnire*, que significa punir-se, castigar-se pelos pecados pessoais cometidos.² A penitência, enquanto virtude sobrenatural, é infundida por Deus na alma e se ordena a reparar as injúrias cometidas contra Ele, mediante a dor e o arrependimento.

Dar-se conta do mal praticado pode ser fruto de um ato racional honesto, ou

de uma constatação provocada por um castigo, como acontece com um assassino que se arrepende de seu crime, não por ser um ato mau, mas por encontrarse prisioneiro.

Já na ordem sobrenatural, “não se arrepende quem quer, senão aquele que Deus misericordiosamente quer que se arrependa”,³ pois nenhum pecador tem direito à graça do arrependimento e jamais poderia alcançá-la por suas próprias forças. E é em razão de ser esta uma obra divina que as lágrimas da compunção escreveram algumas das mais belas páginas da História, começando por Adão, passando por Davi, atingindo um auge comovente em Santa Maria Madalena e estendendo-se às mais diversas almas penitentes cuja humildade luziu aos olhos de Deus e dos Anjos ao longo dos séculos. Até nossos dias, a Santa Igreja não cessou de ecoar e alimentar o espírito de contrição em seus fiéis, nas súplicas de perdão e misericórdia que abundam tanto na Liturgia e nos ritos sacramentais como nas orações privadas em geral.

Deus, que não nega sua graça a ninguém, toca a alma do pecador, tornando claro a seus olhos obscurecidos o

horror da ofensa feita a Ele. Caindo em si, o penitente aborrece as faltas cometidas, deseja corrigir sua má conduta e seus costumes depravados, e anima-se com a esperança de alcançar o perdão. Eis a penitência interior. Quando a dor de alma e o perdão concedido por Deus são manifestados, tem-se então a penitência exterior, elevada por Cristo à categoria de Sacramento.⁴

Tribunal no qual Deus é vencido

Cada um dos sete Sacramentos possui uma matéria, que constitui, junto com a forma, o sinal sensível da graça



É Deus que toca a alma do pecador, tornando claro a seus olhos o horror da ofensa feita a Ele e levando-o à penitência interior

Santa Maria Madalena penitente - Convento de Santo Agostinho, Quito

que eles operam. Na Eucaristia, por exemplo, temos o pão e o vinho; no Batismo, a água; na Unção dos Enfermos e na Confirmação, os óleos abençoados. No Sacramento da Penitência, temos a “remoção de determinada matéria, que são os pecados”,⁵ a qual dá-se através das palavras do sacerdote: “Eu te absvio...”

Como vimos no artigo anterior, Nosso Senhor Jesus Cristo instituiu o Sacramento da Penitência quando, soprando sobre os Apóstolos depois da Ressurreição, deu-lhes a potestade de perdoar os pecados: “Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20, 22-23).

Ora, como saber a quem perdoar e a quem reter os pecados a não ser mediante um juízo? Como emitir juízo certo senão em processo de julgamento? Com efeito, a Penitência possui o caráter de tribunal judicial, onde o sacerdote exerce o papel de juiz, e o penitente o de réu acusador de seus próprios delitos; isto porque ninguém, além de Deus e da própria pessoa, pode penetrar no interior da consciência. É pelo caráter de acusação que este Sacramento costuma ser denominado de *Confissão*.

A Confissão constitui-se assim num verdadeiro tribunal da misericórdia, no qual o réu contrito e nas devidas disposições tem sempre a causa ganha, é *sempre* absolvido. De fato, “não há mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus” (Rm 8, 1)! Desse modo, o reconhecimento humilde, unido ao pedido de perdão, vence o Deus de toda justiça, tornando-O Deus-compaixão.

Condições de validade

Para que o Sacramento da Penitência seja válido, três atos são exigidos do penitente: a contrição, a confissão e a satisfação.

Os pecados acontecem sempre por meio de pensamentos, palavras e

ações – nas quais estão contidas também as omissões. Logo, é necessário que Deus seja aplacado pelas mesmas faculdades: pelo entendimento, ordenado pela contrição; pelas palavras, purificadas na confissão; e pelas ações, reparadas com o cumprimento da satisfação, ou seja, da penitência imposta pelo sacerdote.

De todas as disposições do sujeito, a mais necessária é a contrição. O verbo *conterere* significa trituração algo de sólido e consistente. No campo espiritual, designa a dor do coração pecador esmagado de remorso pelo ultraje que cometeu. Quando possui contrição perfeita, a alma detesta os pecados especificamente por consistirem numa ofensa a Deus – e nisto está o seu caráter todo sobrenatural – e obtém o perdão de suas faltas mesmo antes de decliná-las no confessionário, sempre que tenha a intenção de fazê-lo na primeira oportunidade. Já o arrependimento por mero temor dos castigos, chamado contrição imperfeita ou atrição, é suficiente para obter o perdão dos pecados no tribunal da Penitência, mas não fora dele.

Ademais, o propósito de não voltar a pecar é decorrência necessária da boa contrição.⁶ Quem verdadeiramente se arrepende, decide com firmeza abandonar todas as ocasiões que o levam ao pecado, ainda que isso comporte sacrifícios, como a perda de bens, amizades ou prestígio.

Aquele que, na Confissão, não faz sério propósito de emendar-se dos pecados, ou o faz às meias, conservando apego a vícios pecaminosos, representa, segundo São João Crisóstomo,⁷ o papel de comediano: finge ser um penitente, quando em verdade é o mesmo pecador de pouco antes. O propósito de emenda precisa ser, portanto, firme, enérgico, eficaz. Tanto ele quanto a contrição devem ter uma extensão universal, pois não se trata de evitar tal ou qual tipo de pecado, mas rejeitar todo e qualquer pecado, por ser uma afronta contra o Criador.



Exame de consciência... e muita fé e confiança

Para que não se omita alguma falta grave, por esquecimento ou nervosismo do momento, convém fazer antes um exame de consciência, o qual consiste em analisar com diligência e perscrutar os recessos e esconderijos da consciência, procurando lembrar-se das faltas com as quais tenha ofendido mortalmente ao Senhor Deus. Os pecados veniais também constituem matéria para a Confissão, e a Igreja recomenda que sejam acusados. É altamente recomendável que os pecados sejam escritos, e assim nada escape à acusação e afete a perfeição desta.

A Confissão será feita ao sacerdote, que atua na Pessoa do Salvador, representando-O ao mesmo tempo como Juiz, a quem o Pai “entregou todo o julgamento” (Jo 5, 22); como Médico, que deve aplicar o remédio adequado às debilidades da alma enferma; como Divino Mestre, ao instruir e corrigir o penitente; e por fim como Pai, que não veio chamar os justos, mas os pecadores (cf. Lc 5, 32).

Consequentemente, é com espírito de fé e confiança que o pecador deve aproximar-se do confessionário.

Desabafo ou acusação?

Por que falar os pecados? Eis uma pergunta que intriga a muitos.

A confissão vocal é salutar remédio contra o orgulho, raiz de todos os males. Além disso, mesmo do ponto de vista humano, acusar-se de algo alivia e facilita a reconciliação, tal como reza o adágio: “As boas contas fazem os bons amigos”. No Sacramento da Penitência, a acusação das faltas não é um ato imposto por um terceiro, mas

Reprodução



Devemos nos aproximar do confessionário cheios de fé e confiança, acusando as próprias culpas com integridade e simplicidade

“O confessionário”, por David Wilkie - Galerias Nacionais da Escócia, Edimburgo

voluntário e de iniciativa do próprio penitente.

E como se acusar?

A confissão não é um desabafo das dificuldades da vida, nem uma oportunidade de granjear a atenção do sacerdote para satisfazer o desejo de se pôr no centro; não é uma justificação dos pecados ou uma delação das faltas de outrem... Trata-se de uma acusação das próprias culpas.

São Tomás de Aquino⁸ faz um elenco de dezesseis qualidades de que se deve revestir a acusação. Para maior proveito espiritual dos leitores, não nos ateremos a todas, mas somente às de maior relevância.

Por direito divino, a confissão deve ser necessariamente íntegra, ou seja, todos os pecados mortais precisam ser

acusados, com as circunstâncias em que foram cometidos, quando estas agravam ou atenuam a malícia dos atos ou mudam sua espécie. Por exemplo, em caso de roubo, deve-se mencionar a quantidade e qualidade do objeto, assim como a dignidade e condição da pessoa roubada; quando há desentendimentos, leves ou graves, deve-se declinar a quem se feriu física, moral ou espiritualmente, se a um desconhecido ou a um irmão; ou, em caso de adultério, deve-se especificar com quem se pecou, se com uma pessoa solteira, casada ou consagrada, pois essas circunstâncias mudam a espécie do pecado.

Omitir conscientemente o que deve ser manifestado é abusar da santidade do Sacramento e desperdiçar a oportunidade de se reconciliar com Deus, pois a Confissão torna-se inválida e ainda faz do penitente réu de um maior pecado: o sacrilégio.⁹

Que tristeza quando, no dia do Juízo Final, a alma vir-se condenada, e aquilo que ela não ousou acusar em confissão sigilosa ser descoberto aos olhos de todos!... Já será tarde. Não é, portanto, um bom negócio deixar-se embarcar pelo maldito novelo da vergonha com o qual o demônio sempre procura enrolar o pecador.

Ao mesmo tempo que íntegra, a acusação deve ser simples, sem palavras rebuscadas ou divagações inúteis, em caráter de incriminação. Em uma palavra, basta que seja sincera, apresentando os pecados tais como a consciência os mostra, sem omissões nem exageros.

A acusação também precisa ser clara, e não sussurrada a ponto de não poder ser ouvida, nem proferida apressadamente de maneira a tornar-se incom-

preensível. “Algumas vezes, desejamos um perdão barato, fácil, sem chegar ao ponto de fazer uma confissão mentirosa”, ponderou com precisão Dom Columba Marmion.¹⁰ Agir assim “é enganar-se a si mesmo, profanar o Sacramento e encontrar o veneno e a morte onde Cristo quis depositar a medicina e a vida”.¹¹

Por fim, é importante lembrar que a confissão não consiste num interrogatório. O Sacerdote poderá fazer quantas perguntas forem necessárias e o penitente é livre de expor suas eventuais dúvidas de consciência. No entanto, este deve ir preparado para acusar-se das faltas e não simplesmente esperar ser interrogado.

A paz reconstituída e selada

Confessadas as culpas, o penitente acata as palavras do sacerdote e se dispõe a cumprir a penitência imposta por ele, em geral alguma oração ou outra obra satisfatória. Qual a razão de ser dessa penitência?

Com a absolvição sacramental, Deus perdoa o pecado e comuta a pena eterna em temporal, a qual se paga neste mundo ou no Purgatório. A penitência sacramental, elemento constitutivo da Confissão, corre para satisfazer em algo essa pena e ajuda a purificar a alma das “relíquias dos pecados”.¹²

Afinal, quando a Confissão foi bem-feita e o sacerdote ergue a mão para, traçando o sinal da cruz, pronunciar a sentença: “Eu te absolvoo dos teus pecados, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, por mais graves que sejam os crimes cometidos, tudo é indultado para sempre! Oh, se nos fosse dado ver o indizível milagre que então se realiza! “A alma [...] se ajoelha desfigurada pelo pecado e se ergue limpa e justificada. [...] Estão seladas as pazes entre o pecador e Deus, entre o Criador e a criatura!”¹³



Quando a Confissão foi bem-feita, por mais graves que tenham sido os crimes cometidos, tudo é indultado para sempre!

“A Confissão”, por Marie-Amélie Cogniet - Museu de Belas Artes de Orléans (França)

¹ Cf. DH 1515.

² Cf. ROYO MARÍN, OP, Antonio. *Teología Moral para seglares*. 5.ed. Madrid: BAC, 1994, v.II, p.257.

³ Idem, p.267.

⁴ Cf. CATECISMO ROMANO. Parte II, c.5, n.4; 10.

⁵ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. III, q.84, a.3.

⁶ DH 1676.

⁷ Cf. MORTARINO, Giuseppe. *A Palavra de Deus em exemplos*. São Paulo: Paulinas, 1961, p.132-133.

⁸ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Suppl. q.9, a.4.

⁹ Cf. CATECISMO ROMANO. Parte II, c.5, n.48; ROYO MARÍN, op. cit., p.342.

¹⁰ BEATO COLUMBA MARMION. *Jesus Cristo, ideal do sacerdote*. São Paulo: Lumen Christi; Cultor de Livros, 2023, p.126.

¹¹ ROYO MARÍN, op. cit., p.338.

¹² Cf. CATECISMO ROMANO. Parte II, c.5, n.59.

¹³ CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio. *Hediondez do pecado*

Purificados pelo Sangue do Cordeiro

Como é agradável a fragrância da limpeza! Ora, muito mais benfazejo é o perfume da consciência reta, da alma cristalina que não armazena “pecados envelhecidos”, mas tão logo percebe em si uma falta, corre a lavá-la no salutar banho da regeneração da Penitência!

É neste Sacramento que o Sangue de Jesus, como no alto da Cruz, escorre sobre nossas almas para purificá-las, com todo o potencial de redenção;¹⁴ é através dele que somos fortalecidos contra as ciladas do demônio e nossas más inclinações; é nele que reavemos ou aumentamos em nós a vida divina.

Sabíamos, pois, recorrer com frequência a esta excellentíssima fonte de graça e perdão! E se por acaso nos assaltar a tentação de desespero por tantas e tão grandes faltas, lembremo-nos: há uma multidão de Santos que jamais teriam alcançado o Paraíso se Nosso Senhor não houvesse instituído na Igreja o Sacramento do Perdão. Lançando-nos com humildade, amor e confiança nos braços do Salvador e de sua Mãe Santíssima, seremos salvos e contados no número daqueles que lavaram e alvejaram suas vestes no Sangue do Cordeiro! (cf. Ap 7, 14). ♣



O histórico da alma contrita

Ao tecer considerações sobre o “Miserere”, Dr. Plinio o apresenta como o histórico de uma alma arquetípica que, amada por Deus em sua inocência primeva, prevaricou, mas se arrependeu e encetou o caminho para a restauração.

⇒ **Plinio Corrêa de Oliveira**

O Miserere pertence ao grupo de sete Salmos chamados penitenciais. O que é um salmo penitencial? Evidentemente, é um canto a Deus no qual o autor exprime a sua penitência. E a penitência pressupõe que ele pecou, se arrependeu e, uma vez vitorioso em seu interior esse sentimento de arrependimento, refletiu sobre a falta cometida.

Que beleza seria se o Salmo 50 fosse rezado todos os dias nas igrejas e oratórios! Ele é muito próprio a regenerar almas maculadas pelo pecado. Analisemos o seu texto.

Multidão de clemências

Tem piedade de mim, ó Deus, segundo a tua grande misericórdia.

A ideia expressa por esta frase inicial é a do peca-

dor falando com Deus. Trata-se do Rei Davi, que pecou e se dirige ao Senhor pedindo misericórdia e perdão.

Mas ele não se limita a pedir perdão segundo a misericórdia de Deus; ele o pede segundo a “grande misericórdia” de Deus. Como quem dá a entender que seu pecado é tão grave que, sem uma

misericórdia insigne, não pode ser perdoad. Trata-se do modo pelo qual o pecador se humilha e declara saber que só por uma bondade excepcional será perdoado.

E, segundo a multidão das tuas clemências, apaga a minha iniquidade.

Deus é clemente e tem latentes em Si multidões de clemências. Diante do pecador contrito, ajoelhado na sua presença, vê tudo quanto se passa na alma dele.

É um contraste: Deus, que tem uma multidão de clemências, e o pecador, que tem muitas iniquidades. As muitas iniquidades – por assim dizer – não serão absolvidas em vista só de um certo arrependimento do pecador, porque isto não teria proporção com a ofensa feita. O perdão virá segundo a multidão das clemências de Deus.

Em meio às trevas, brilha a alvura da alma perdoada

Lava-me mais e mais da minha iniquidade, e purifica-me do meu

Dentre os salmos penitenciais, o Salmo 50, composto pelo Rei Davi, é muito próprio a regenerar almas maculadas pelo pecado

À esquerda, páginas do “Saltério de São Luís” - Biblioteca Nacional da França, Paris; em destaque, “Rei Davi penitente”, por Hendrik Bloemaert - Galeria Nacional de Praga



pecado. Porque eu conheço a minha maldade, e o meu pecado está sempre diante de mim.

Uma bela frase na qual ele reconhece a maldade, o errado, o criminoso da ação que praticou, de tal maneira que durante todo o dia – como um fantasma – o persegue a ideia do mal que fez. O pecado está o tempo inteiro diante dele, como acusador diante do acusado.

O mundo de hoje, se pudesse ter uma voz coletiva para falar a Deus, deveria dizer o que o Salmo 50 exerce. E, se o fizesse, se converteria.

Pequei contra Ti só, e fiz o mal diante dos teus olhos, para que sejas encontrado justo nas tuas palavras, e venças quando fores julgar. Eis que eu fui concebido em iniquidades, e minha mãe concebeu-me no pecado. Eis que Tu amaste a verdade, e me revelaste o segredo e o mistério da tua sabedoria.

A esta altura, o pecador já se acusou largamente e vemos começar a transparecer, das trevas do pecado, a alvura da alma perdoada.

Tu me aspergirás com o hissope, e serei purificado; lavar-me-ás, e me tornarei mais branco que a neve.

Dizer a Deus “Vós fareis isso...” já constitui um ato de confiança. É dizer-Lhe: “Vós vencereis, com vossa misericórdia, o meu pecado, e eu me tornarei mais alvo do que a neve. Aspergir-me-ás com o hissope e ficarei limpo, de uma alvura cintilante, quase capaz de ferir a vista”.

O porco, o nauseabundo, está agora perfumado como uma flor. É o perdão de Deus que baixou sobre ele.

“Apaga as minhas iniquidades”

Tu me farás ouvir uma palavra de gozo e de alegria, e se regozijarão os meus ossos humilhados. Aparta o teu rosto dos meus pecados, e apaga todas as minhas iniquidades.

É muito interessante a formulação deste pedido. O salmista diz “Aparts-teu rosto dos meus pecados”, e não



Reprodução

O pecador arrependido é perseguido pela idéia do mal que fez, mas volta-se para Deus confiante em sua grande misericórdia

“O arrependimento de São Pedro”, por Juan van der Hamen - Mosteiro Real da Encarnação, Madri

“Aparts-teu rosto de mim”. Como quem suplica: “Limpai meu rosto, para que possais olhá-lo sem náusea, sem horror, para que ele possa ser um reflexo de vossa suprema beleza”.

Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova nas minhas entradas um espírito reto. Não me arremesses de tua presença, e não tires de mim o teu espírito santo. Dá-me a alegria da tua salvação, e conforta-me com um espírito magnânimo.

Ele pede um espírito magnânimo. Nada de coisas tacanhinhas, pequeninhas, banais, de todos os dias. Nada de ser o homem medíocre e trivial, que se preocupa só com seu biscoitinho, com seu lanchezinho, com seu chinelo, com seu conforto. O homem medíocre não tem esse espírito magnânimo de que fala o Salmo.

Uma retribuição a Deus: fazer apostolado

Ensinarei aos iníquos os teus caminhos, e os ímpios se converterão a Ti.

Livra-me do sangue, Deus, Deus da minha salvação, e a minha língua exaltará a tua justiça.

Acho de uma sonoridade muito bonita a frase latina: *et impii ad te convertentur*. Quer dizer, os homens de má vida e de má doutrina se voltarão para Ti, ó Deus, se converterão. É uma promessa feita: retribuir entregando a Deus um mundo convertido. No meu modo de sentir, tem grande beleza.

Se alguém alguma vez andou mal – e quem é que não andou mal? – a solução está em ajoelhar-se, pedir perdão a Nossa Senhora e dizer-Lhe: “Eu vou batalhar para o triunfo de vosso Reino, vou ensinar aos ímpios as vossas vias e eles se converterão a Vós. Vós dominareis o mundo, ó minha Mãe, porque lutarei por Vós, e toda a força que Vós me derdes será gasta inexoravelmente em vencê-lo”.

O sacrifício agradável a Deus

Senhor, abrirás os meus lábios, e a minha boca anunciará os teus louvores. Porque, se quisesses um sacrifício, eu o teria oferecido; mas Tu não Te comprazes com holocaustos.

Deus não se satisfaz com meros oferecimentos materiais, como imolar um cordeiro ou um pombo. É preciso um sacrifício antes de tudo da própria alma, a imolação de algo ao qual se deve renunciar. E enquanto essa renúncia não for feita, as pazés com Deus não estão estabelecidas.

Um exemplo. O Mandamento Divino prescreve que os homens pratiquem a castidade. Sem essa virtude, especialmente necessária no mundo contemporâneo, não pode haver sacrifício agradável ao Senhor. Imaginemos, porém, que aparecesse de repente um falso profeta, com uma falsa revelação, proclamando: “Deus reconhece que a humanidade chegou a um tal grau de decadência que já não pode Lhe oferecer o sacrifício de manter a castidade. Então, na sua infinita bondade, Ele



O arrependimento verdadeiramente querido por Deus não é o do homem que tem medo do inferno, e sim o do que possui um coração contrito por puro amor a Deus

Dr. Plínio em dezembro de 1993

declara: ‘Eu perdoou os homens e deixo que continuem impuros, com a condição de matarem cinquenta mil bois e vacas procedentes de todos os continentes, aos pés do Monte Sinai, local de extraordinário simbolismo’”.

Não há dúvida de que os homens ofereceriam essas cinquenta mil cabeças de gado imediatamente. Não só pela facilidade que teriam em reuni-las pelo mundo afora, mas sobretudo porque não fariam com isso um sacrifício de alma: não precisariam renunciar ao vício nem se tornarem puros.

Vem então a explicação:

O sacrifício digno de Deus é um espírito compungido; não desprezarás, ó Deus, um coração contrito e humilhado.

A doação material pode e deve ser feita até pelo pecador, quando este tem recursos para isso. Se for um homem rico que toma uma parte de sua fortuna para dá-la em esmolas, esse gesto obviamente aumenta a benevolência de Deus para com ele. Porém, não satisfaz o Criador, conforme afirma o salmista: “Tu não Te comprazes com holocaustos”.

Então se comprehende o sentido desses versículos: Deus aceita os presentes

monetários, os sacrifícios, as esmolas, mas não fica satisfeito com tudo isso. O que Ele quer do homem é “um coração contrito e humilhado”.

Contrição e atrição

O que significa “contrito”? A linguagem católica, sempre muito precisa, distingue a contrição da atrição, que são formas de arrependimento dos nossos pecados profundamente diversas entre si.

Pela contrição, o pecador se arrepende de suas faltas porque, em virtude de uma ação da graça na sua alma, considera o quanto elas ofendem a Deus, o quanto se revela má essa injúria, por ser Deus quem é, e está disposto a não pecar mais, de tal maneira que, mesmo se não houvesse inferno, esse pecador não cometaria mais infidelidades, porque existe Deus.

É evidente que essa motivação confere ao arrependimento um alto valor religioso, pois está inspirada pelo puro amor a Deus. Por isso, se uma pessoa faz um ato de contrição sincera, ela obtém o perdão de seus pecados. Está obrigada a se confessar assim que puder, mas o perdão

já foi alcançado pelo arrependimento que ela teve por amor a Deus.

A atrição, por sua vez, é o arrependimento não por amor a Deus mas por temor do inferno. Compreende-se que essa é uma disposição de alma muito inferior à primeira.

O Salmo nos ensina, portanto, que o arrependimento verdadeiramente querido por Deus não é o do homem que tem medo do inferno, e sim o do que possui um coração contrito. Mas acrescenta: “e humilhado”. Ou seja, a pessoa precisa ter vergonha, ante Deus e ante si mesma, do horror que praticou, e se humilhar.

Pré-figura do Reino de Maria

Senhor, sé benigno com Sião por tua boa-vontade, para que se edifiquem os muros de Jerusalém. Então aceitarás os sacrifícios legítimos; então serão colocados bezerros sobre o teu altar.

Entre outras interpretações, há aqui uma pré-figura do Reino de Maria previsto por São Luís Grignion de Montfort. Como nos é grato imaginar a beleza dessa era marial, quando a Santa Igreja brilhará como uma cidade cujos muros foram fortificados! Muros altos, muros magníficos, com ameias e barbacãs cercando *donjons* e torres de *ménage* colossais, tudo ordenado segundo imenso esplendor.

E nessa ocasião, quando os homens tiverem corações contritos e humilhados, Deus aceitará também os dons materiais. Então será a época em que as fortunas se comprazerão em comprar pedrarias no Oriente e madeiras preciosas do Brasil a fim de confecionar móveis para as igrejas, para adornar os ostensórios, para honrar o Santíssimo Sacramento, para exaltar e superglorificar os altares de Jesus e de Maria...

Deus aceitará essas oferendas, porque serão apresentadas por corações contritos e humilhados. ♣

Extraído de: *Conferência*.
São Paulo, 20/5/1994 e 25/5/1994



Só tenho “pecadinhos”... preciso mesmo me confessar?

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

§ 1458 Apesar de não ser estritamente necessária, a confissão das faltas cotidianas (pecados veniais) é vivamente recomendada pela Igreja. Com efeito, a confissão regular de nossos pecados veniais nos ajuda a formar a consciência, a lutar contra nossas más tendências, a deixar-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo mais frequentemente, por meio deste Sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele.

Foi uma iniciativa divina que nos fez sair do nada e entrar na existência. Deus sabe bem que carregamos em nós a pecha da falta de nossos primeiros pais e que somos, também nós, individualmente pecadores. E por isso o Pai determinou que o Verbo Se encarnasse e permitiu que Ele fosse “entregue por nossos pecados e ressuscitado para a nossa justificação” (Rm 4, 25).

Entretanto, esse Deus que nos criou sem nós, não quer salvar-nos sem nossa colaboração.¹ Ele pede de nós o pequenino esforço de lutar contra as nossas más inclinações, os nossos defeitos, as nossas falhas, e deles nos arrependermos, implorando perdão, pois quem confessa suas faltas e as detesta “obtém misericórdia” (Pr 28, 13).

Como explica Santo Agostinho, “enquanto vive na carne, o homem não pode deixar de cometer pecados, ainda que sejam leves. Mas estes pecados, que chamamos leves, não os tenhas por insignificantes. Se os tens por insignificantes quando os pesas, tremem quando os contas. Muitos objetos leves fazem uma massa pesada: muitas

gotas de água enchem um rio; muitos grãos fazem um monte. Onde, então, está a nossa esperança? Antes de tudo, na Confissão”².

O Sacramento da Penitência perdoa todos os pecados, por mais graves e numerosos que sejam. No entanto, está muito difundida a ideia, completamente equivocada, de que precisamos cometer uma falta grave para dele nos aproximarmos. Tal pensamento é absurdo, pois esse Sacramento tem graças próprias, excelentes e valiosas para nossa santificação, que só receberemos quando dele fazemos uso.

Trata-se especialmente de graças de defesa, de sustentação, de força para combater o pecado, resistir durante a tentação, não sucumbir por causa da fragilidade humana, numa palavra, para perseverar rumo à santidade! Essas graças nós podemos, sem presunção, exigir-las de Deus, em virtude dos méritos infinitos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele quer que voltemos sempre com alegria às fontes da salvação (cf. Is 12, 3), e a renúncia a tais auxílios divinos não pode ser feita sem temeridade.³

Ademais, a absolvição sacramental ajuda a formar em nossa alma um freio para deter nosso coração quando ele quer se transviar, ou para reprimir nossos desejos desordenados. A História mostra que, onde a Confissão é abolida ou relaxada, a libertinagem e a licenciosidade se introduzem, pois as pessoas passam a viver ao léu de suas más tendências, terminando por se corromperem os costumes.

Aproveitemos essa fonte de graças que jorrou do costado de Jesus aberto pela lança, mesmo que nossa consciência não nos acuse de nenhuma falta grave! ♣

¹ Cf. SANTO AGOSTINHO. *Sermo 169*, n.13.

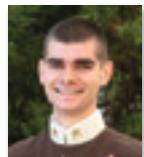
² SANTO AGOSTINHO. *In Epistolam Ioannis ad Parthos*. Tractatus I, n.6.

³ BOURDALUE, SJ, Louis. *Sermon pour le Treizième Dimanche après la Pentecôte. Sur la Confession*. In: *Œuvres*. Paris: Firmin Didot Frères, 1840, t.II, p.130.



Um êxodo entre a vida e a morte

Aquele porto assemelhava-se a um gládio, que deixava um povo dividido. Milhares de pessoas rumavam com seu soberano para um outro mundo, enquanto os demais aguardavam sua pátria ser saqueada e tomada por um exército do qual não podiam se defender



✉ Fernando Joaquim Costa Mesquita

O sol mostrava-se sem véus naquele dia: parecia querer contemplar-se nas águas calmas do rio, ao mesmo tempo que secava as lágrimas daquela multidão desolada. Na corrente, retocada com os reflexos do astro rei, viam-se dezenas de embarcações distanciarem-se. Rumavam para outra pátria, para um continente longínquo, sem qualquer previsão de retorno.

Centenas de rios – de lágrimas, bem entendido – nascidos de olhares amargurados pareciam confluir para um único cais.

Na verdade aquele porto assemelhava-se a um gládio, que deixava um povo dividido. Cerca de quinze mil pessoas,¹ juntamente com seu soberano, rumavam para um outro mundo; enquanto os demais, sem possibilidade de os seguir, aguardavam sua pátria ser saqueada e tomada por um exército do qual não podiam se defender.

Esta era Lisboa no dia 29 de novembro de 1807.

Entre a guerra e o mar

Fugiam? Embora o termo *fuga* seja evitado pelos historiadores, de fato tratava-se de uma evasão, na qual, note-se, milhares de lares foram deixados e inúmeras famílias ficaram divididas.

Em novembro de 1807, as fronteiras portuguesas tinham sido invadidas por uma coligação de cinquenta mil soldados franceses e espanhóis, a soldo do então senhor absoluto da Europa, Napoleão Bonaparte.

O imperador dos franceses havia “colocado de joelhos todos os reis e rainhas do continente, numa sucessão de vitórias surpreendentes e brilhantes”.² Exetuava-se a Inglaterra que, evitando o confronto em solo firme, usou sua perícia marítima para o derrotar em Trafalgar, no ano de 1805. Napoleão reagiu, decretando o bloqueio continental, isto é, os portos europeus deveriam fechar-se ao comércio inglês. As ordens foram logo acatadas por todos os países, com exceção do pequeno Portugal.

Nesse meio-tempo, uma frota inglesa ancorou na foz do Tejo. Estava disposta a custodiar a fuga do soberano português e sua corte para o Brasil ou, em caso de recusa, bombardear Lisboa e saquear a frota portuguesa, como fizera com a dinamarquesa em Copenhague alguns meses antes.

Dom João VI, o soberano de Portugal, que não pretendia ceder às exigências francesas para evitar de sacrificar a secular aliança com a Inglaterra, encontrava-se encerrado entre as duas

maiores potências econômicas e militares de seu tempo. Como outrora o povo eleito, a nação lusa estava entre a guerra e o mar. A história de Portugal, da Europa e até da América pendia da decisão de um homem.

Dom João VI

Mas esse homem não tinha nenhum dos predicados de um Moisés. Dom João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança – eis seu nome completo – era, embora esperto, “tímido, supersticioso e feio. O principal traço de sua personalidade e que se refletia no trabalho, no entanto, era a indecisão”.³

Segundo filho de Dona Maria I, era um príncipe despreparado para reinar: o poder veio-lhe casualmente às mãos porque em 1788 seu irmão mais velho, Dom José – herdeiro natural do trono – morrera de varíola e, em 1792, sua mãe – a rainha piedosa – fora declarada insana e incapaz de governar. A partir dessa data, com vinte e cinco anos assumiu o poder régio em caráter provisório e, sete anos depois, passou à condição de príncipe regente. Coroou-se apenas no Rio de Janeiro, em 1811, após a morte da rainha.

Naquele ano de 1807, diante do imperador que se comparava aos césares romanos, cabia-lhe tomar a decisão mais importante de sua vida: declarar guerra aos franceses ou aos ingleses, pondo, em ambos os casos, sua coroa em xeque.

Em face de um cenário sangrento, Dom João, segundo certo autor, “reconhecendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nasceu”⁴; a fuga ficou decidida.

Ao contrário de Moisés, cujo nome significa salvo das águas (cf. Ex 2, 10), o príncipe foi salvo pelas águas.

Antigo plano posto em prática

Uma possível partida rumo ao Brasil estava planejada havia muito tempo. A bem da verdade, sempre que a coroa portuguesa se via cobiçada por cabeças estrangeiras, a ideia de mudar a corte para algum território ultramarino emergia novamente no espírito dos estadistas.

Ademais, Portugal não era a mesma nação que, três séculos antes, inaugurara as navegações e descobertas marítimas. Encontrava-se agora desprovido de recursos, cada vez mais espremido e ameaçado pelos interesses dos países vizinhos, sem capacidade de lhes opor uma resistência militar eficaz. O refú-

gio da corte em terras longínquas parecia a solução mais plausível diante das ameaças. Dessa forma, em 1807 o plano, já tão maduro, pôde ser executado num prazo suficientemente curto.

Apesar de tudo, essa transferência não deixava de ser um acontecimento inaudito: em épocas de guerra, monarcas haviam sido destronados ou obrigados a buscar refúgio em domínios alheios, mas jamais tinham cruzado um oceano para viver e reinar do outro lado do mundo. Mais: até aquele momento, nenhum soberano europeu havia sequer pisado em qualquer território ultramarino, quiçá pelos riscos de uma viagem tão longa quanto precária.

Nem se diga o quanto esta mudança marcou profundamente as duas nações: o país deixado viveu os piores anos de sua história; enquanto o de destino começou a engatinhar rumo à independência.

Um povo abandonado

No dia 24 de novembro, chegou a Lisboa a notícia pela qual todas as esperanças de conciliação com a França caíam por terra. Napoleão declarara que a casa de Bragança havia cessado de reinar na Europa. A indecisão desapareceu: marcou-se a partida para o dia 27 daquele mês.

Durante três dias, os bens móveis de palácios inteiros foram encaixota-

dos e acomodados em navios. Centenas de carroças cruzavam o lamaçal das ruas lisboetas transportando roupas, louças, joias, tapetes, quadros e até bibliotecas.

Apesar de o movimento desperpar a atenção do povo, este não podia acreditar que o rei deixava seu meio para reinar do outro lado do mundo, sobretudo porque, segundo a informação oficial, tudo aquilo não passava de uma simples reparação da frota portuguesa. Porém, quando se espalhou a notícia da partida certa, houve choro e revolta; conta-se inclusive que uma carroagem terminou apedrejada antes de alcançar o porto.

Devido ao vento contrário e às fortes chuvas, a saída foi adiada para o dia 29. Mesmo assim, a correria e a improvisação continuaram inevitáveis. Chegada a data marcada, Dom João embarcou e, como as circunstâncias o impediam de pronunciar um discurso de despedida, mandou afixar pelas ruas um decreto expondo as causas do desterro.

Às sete horas deu-se a ordem de saída e as embarcações começaram a afastar-se daquele continente cheio de passado, rumo a outro de futuro muito promissor. No cais, permanecia um povo abandonado... Em sete anos, mais de meio milhão de habitantes fugiria do país, pereceria de fome ou tombaria no

A partida para o Brasil, havia muito planejada, marcou profundamente as duas nações: o país deixado viveu os piores anos de sua história, enquanto o de destino começou a engatinhar rumo à independência

“Embarque da família real para o Brasil”, por Nicolas-Louis-Albert Delerive - Museu Nacional dos Coches, Lisboa





campo de batalha. Já no limite do horizonte, se Dom João ousasse espreitar pelos vidros da popa, ainda poderia ver as tropas francesas tomarem Lisboa...

Rumo à terra das promessas

Naquela época uma viagem transatlântica era, sem comparação, muito mais demorada e perigosa. A marinha britânica – a mais bem organizada e equipada de então – considerava “aceitável a média de uma morte para cada trinta tripulantes nas viagens de longo percurso”.⁵ Ademais, as naus portuguesas estavam velhas, mal aparelhadas e viajavam apinhadas de gente, condições que agravavam ainda mais o desconforto e a precariedade daquela travessia.

Após zarparem, deu-se a costumeira troca de salvas de canhões entre a marinha portuguesa e a inglesa.

Dos poucos dados que se possuem dessa navegação, conclui-se ter sido uma aventura marcada do começo ao fim por aflições e sofrimentos. Sabemos que, ao se aproximar do arquipélago da Madeira, a frota dividiu-se em duas por causa de uma violenta tempestade, reencontrando-se somente no local de destino, após o desembarque.

No dia 22 de janeiro de 1808, Dom João aportou em Salvador, onde decidiu fazer uma escala antes de rumar para o Rio de Janeiro: ficavam para trás seis mil e quatrocentos quilômetros, percorridos em cinquenta e quatro dias de mar. A outra parte da frota havia chegado à cidade fluminense uma semana

Reprodução



Os cortesãos exilados pareciam ter regredido na História, mas intuíam que um grande futuro esperava aquelas terras vírgens...

Dom João VI, por Albert Gregorius - Palácio da Ajuda, Lisboa

antes. Apesar das agruras da travessia marítima, não temos notícia de mortes ou acidentes fatais.

“A mesma Bahia que trezentos anos antes tinha visto a chegada da esquadra de Cabral, agora testemunhava um acontecimento que haveria de mudar para sempre, e de forma profunda, a vida dos brasileiros. Com a chegada da corte à Baía de Todos os Santos começava o último ato do Brasil colônia e o primeiro do Brasil independente”.⁶

Após cinco semanas de permanência no litoral nordestino, o monarca retomou a viagem para o Rio de Janeiro. Por fim, no dia 7 de março a esquadra entrava na Baía da Guanabara, onde os

¹ Os dados históricos que constam no presente artigo foram extraídos das obras: LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real. A transferência da corte portuguesa para o*

Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2008; GOMES, Laurentino. 1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história

de Portugal e do Brasil. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2007.

² GOMES, op. cit., p.34.

³ Idem, p.34.

brasileiros a receberam calorosamente.

Os cortesãos exilados pareciam ter regredido na História, mas intuíam que um grande futuro esperava aquelas terras vírgens. Estavam diante de um livro em branco, onde se depositavam muitas esperanças e no qual cabiam muitos sonhos. Se não era uma terra prometida, era uma terra de promessas. Dom João encabeçara um êxodo cujas consequências ele não poderia sequer vislumbrar ou excogitar.

O que seria do Brasil?

O que aconteceria se o monarca permanecesse em Portugal?

Não pretendemos provar a paciência do leitor com largas conjecturas. Mas, considerando a transformação operada nos treze anos em que a corte portuguesa permaneceu no Brasil, facilmente concluímos que sem esta estadia a Terra de Santa Cruz continuaria uma colônia dependente, onde a escravatura e o analfabetismo abundariam ainda por muito mais tempo. A História viu-se obrigada a reconhecer os frutos benéficos daquele recuo estratégico, da mudança inesperada diante de uma ameaça.

Covardia ou prudência? As opiniões divergem. Entretanto, foi esta decisão que assegurou a coroa nas cabeças dos Bragança por mais algumas décadas, diferentemente de muitas dinastias europeias. Embora, anos depois, as circunstâncias levasssem Dom João VI a retornar à terra natal, as consequências sociológicas desta viagem tornaram-se irreversíveis. ♦

⁴ MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do império. A elaboração da independência*. Brasília: Senado Federal, 2018, p.52.

⁵ GOMES, op. cit., p.66.

⁶ Idem, p.96.



O que é o Livro da Vida?

Ovencedor será assim revestido de vestes brancas. Jamais apagarrei o seu nome do Livro da Vida, e o proclamarei diante de meu Pai e dos seus Anjos” (Ap 3, 5). Ao ler tal passagem do Apocalipse, quase inevitavelmente pensamos: “Seja o que for esse livro, espero que o meu nome esteja lá...”

Afinal, o que é propriamente este Livro da Vida? Um registro de passaportes do “consulado celeste”? A lista de convidados para a vida eterna? Ou, quem sabe, a simples – ou não tão simples... – ata biográfica da humanidade? São Tomás no-lo explica.

Tanto o Antigo como o Novo Testamento empregam metaforicamente a expressão *Livro da Vida*. De fato, trata-se de algo semelhante a uma lista de convidados ou a um alistamento militar, pois “é costume entre os homens inscrever num livro os que são eleitos para algo, como os militares ou os conselheiros” (*Suma Teológica*. I, q.24, a.1). E assim como os convidados para uma festa estão, por assim dizer, predestinados a ela, os predestinados à vida, ou seja, à salvação eterna, têm seus nomes inscritos neste volume.

Entretanto, isso não quer dizer que seja um livro físico, mas uma referência figurativa ao conhecimento do próprio Deus, que “retém firmemente os que predestinou para a vida eterna” (a.1).

Além de ser a “inscrição dos que são eleitos à vida”, este livro pode significar também a “inscrição do que conduz à vida”, (a.1, ad 1) quer se trate do que deve ser feito, e que se encontra consignado nas Sagradas Escrituras, quer das ações já realizadas na terra, e

que Deus trará um dia à memória dos homens.

Retomando a primeira significação enunciada, perguntamo-nos: se este é um livro dos “eleitos”, como ficam aqueles que dele estão excluídos?



Se este é um livro dos “eleitos à vida”, como ficam aqueles que dele estão excluídos?

Abertura do Livro da Vida - Manuscrito “Apocalipse flamengo”, Biblioteca Nacional da França, Paris

Deus não condena ninguém de antemão. Todos são predestinados à glória, mas nem todos a alcançam, devido exclusivamente à sua própria conduta. O Altíssimo tem uma presciência de todas as coisas: conhece todos os destinos e todas as escolhas; mas isso não quer dizer que condicione à força as vontades. É por usar uma linguagem humana e cronológica que a Sagrada Escritura afirma que alguns são “riscados do livro

dos vivos” (Sl 68, 29), enquanto que, em outras partes, os “riscados” parecem não estar escritos desde o princípio, em razão da presciência de Deus. Em suma, quem se exclui do número dos eleitos é o próprio homem, e somente ele.

A esta altura, o leitor certamente já estará se perguntando: “Será que meu nome consta nesse livro?” O fato de existir um Livro da Vida não nos deve afligir! Ao contrário, deve servir-nos de estímulo para alcançarmos a salvação eterna. Com efeito, assim como alguém pode ser riscado do Livro da Vida, também pode ser nele inscrito de novo, desde que comece, “pela graça, a estar ordenado à vida eterna” (a.3, ad 3).

Há ainda um meio de inscrevermos nosso nome nesta ata de salvação. Trata-se de um segredo revelado por São Luís Grignion de Montfort, o qual se refere ao Doutor Angélico para corroborar tal afirmação: “É sinal infalível de predestinação ser inteira e verdadeiramente dedicado ou devoto [da Virgem Santa]”. Quem possui devoção a Nossa Senhora tem seu nome escrito no Livro da Vida com letras de ouro e, mesmo se uma mão justiciera ameaçasse riscá-lo de lá, o braço luminoso d’Aquela que é a Onipotência Suplicante o impediria prontamente. Apenas devemos aceitar sua maternal misericórdia e não deixar de rezar: “Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores agora e na hora de nossa morte. Amém”. ♣

¹ SÃO LUÍS MARIA GRIGNION DE MONTFORT. *Traité de la vraie dévotion à la Sainte Vierge*, n.40. In: *Œuvres Complètes*. Paris: Du Seuil, 1966, p.509.

A história de um monge rebelde

Devoto de Nossa Senhora e amante da pobreza, sua vida foi marcada por profunda humildade e confiança na Providência, que desabrocharam numa fonte de tesouros para toda a Cristandade.



℣ Ir. Adriana María Sánchez García



Francisco Lecaros

A história de um monge rebelde, e santo?! Na realidade, não apenas um, mas três. Estes monges encabeçaram uma fuga do mosteiro arrastando muitos atrás de si. Para onde? Para refugiarem-se num pântano e aí começar tudo de novo... “Que loucura!”, poder-se-ia pensar. Sim, caro leitor, trata-se de uma santa loucura, pois “a loucura de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens” (I Cor 1, 25).

Jovem à procura de um ideal

Nascido na Inglaterra de sangue nobre, desde criança a educação de Estêvão foi confiada ao mosteiro beneditino de Sherborne. Crê-se que não chegou a proferir os votos religiosos. Tendo, pois, atingido a idade madura, decidiu deixar o claustro para prosseguir seus estudos. Com este fim foi à Escócia e depois seguiu para Paris, onde, após saturar-se das ciências profanas, entregou-se à busca da verdadeira sabedoria.

Desejando um rumo para a sua vida, empreendeu uma peregrinação a Roma

com um companheiro cujo nome a História não guardou. Ambos resolveram não conversar durante o percurso, mas apenas recitar o Saltério. Após visitarem inúmeras igrejas e rezarem junto às relíquias dos Apóstolos, voltaram à França, onde a Providência lhes tinha algo reservado.

Tendo ouvido falar do Mosteiro de Molesmes e da vida santa que ali se levava, imediatamente o coração de Estêvão voltou-se para lá, resolvido a entregar-se a Deus. Ele imaginava que seu amigo o seguiria também; entretanto, suas aspirações eram outras. Chegando ao cenóbio, foi acolhido calorosamente pelo abade Roberto e seu prior, de nome Alberico, que se tornariam companheiros inseparáveis de Estêvão.

Triste situação do Mosteiro de Molesmes

Fundado pelo próprio Roberto, Molesmes adotara a regra beneditina, que se caracterizava sobretudo pelo louvor a Deus e pela austerdade vida. Entretanto, na época em que Estêvão ali

entrou já havia começado uma certa decadência... Aos poucos cresceu a ambição de posses e minguou o amor à pobreza, legado do próprio São Bento, levando os monges à desobediência ao abade.

Este se opunha vivamente a tais inovações e, constatando que os religiosos não desejavam viver conforme o ideal da fundação, resolveu retirar-se. Estêvão, que também percebera a obstinação de seus irmãos de hábito, viu-se de repente privado do seu guia espiritual e sem rumo, no próprio mosteiro em que esperava cumprir sua vocação.

Alberico assumiu o lugar de abade, secundado por Estêvão, e ambos se empenharam em continuar a tarefa começada por Roberto, mas em vão. Decidiram então deixar também o mosteiro e passaram a viver como ermitões numa região próxima. Entretanto, o Papa Urbano II solicitou a Roberto que voltasse para Molesmes, e os dois monges o seguiram.

A maioria da comunidade, porém, não desejava emendar-se. Junto com



Alberico, Estêvão elaborou uma lista de vinte irregularidades no mosteiro que representavam transgressões claras à regra de São Bento, tais como dispensas do trabalho manual, contínuas visitas de nobres, comodidades e luxos incompatíveis com o estado que haviam voluntariamente abraçado. Tudo isso fazia com que levassem mais uma vida de senhores feudais do que de religiosos. Com tal elenco em mãos, Roberto tentou corrigir os monges, mas eles permaneceram recalcitrantes.

Cister, origem de uma gesta

Não havendo remédio para tal situação a não ser uma retirada, aqueles “três monges rebeldes” – como assim os imortalizou a famosa obra sobre sua gesta, de autoria do Pe. Mary Raymond Flanagan, OCSO – dirigiram-se ao Bispo de Lyon, acompanhados por outros quatro irmãos, e pediram autorização para fundar um novo mosteiro, cujo estilo de vida retomasse a integridade e pureza primitiva da regra. Obtendo tal aprovação, mais quatorze religiosos juntaram-se a eles e, no dia 21 de março de 1098, a expedição rumou para Cister, terra selvagem e inculta no meio de

uma floresta inhabitada da Borgonha, mais semelhante a um pântano.

Com a permissão do senhor daque-las terras, eles cortaram as árvores do local e com a madeira erguiram o novo mosteiro, dedicado a Nossa Senhora como doravante o seriam todas as casas fundadas pela reforma beneditina.

Um ano transcorreu em paz sob a direção de Roberto, mas ele não estava destinado a ver todo o fruto de seus esforços... Os monges que deixara o reclamaram de volta, e o Papa manifestou o desejo de que ele reassumisse a Abadia de Molesmes. Inteiramente submisso, Roberto despediu-se do pequeno rebento, que jamais tornaria a ver. Morreria onze anos depois, tendo vivido santamente sob a regra infelizmente mitigada, contrária a seus anelos, mas conforme à vontade de Deus.

Alegria em meio ao rigor da regra

Alberico foi eleito abade de Cister, e Estêvão prior. Logo adotaram um hábito branco ou acinzentado, contrastando com o hábito preto dos beneditinos, quiçá para simbolizar a pureza e a alegria em meio à penitência.

A vida dos monges não era feita para qualquer um... Acordavam cerca da meia-noite para não mais tornar a dormir, entremeando os cânticos das horas do Ofício com os trabalhos manuais necessários ao seu sustento, durante os quais se entregavam à meditação. Assistiam à Missa diariamente e tomavam apenas duas refeições – em dias de jejum, só uma –, que consistiam num pão áspero, alguns legumes e uma bebida rala. O abade, por sua parte, deveria comer com um pobre ou peregrino que viesse procurar alimento no mosteiro.

O dia de um monge de Cister transcorria num silêncio estrito, intimamente unido a Nossa Senhora e no completo anonimato. Entre outras atividades, também copiavam manuscritos antigos, e o próprio Santo Estêvão empreendeu uma revisão da tradução latina da Bíblia a partir do hebraico.

Santo Estêvão é eleito abade

Em 1109, cinco anos após a fundação de Cister, morre Alberico,¹ sendo unânime a eleição de Estêvão como terceiro abade do mosteiro. Reunindo seus irmãos, ele lhes dirigiu as seguintes

Desejosos de retomar a pureza primitiva da regra, os “monges rebeldes” rumaram para Cister, então uma terra inculta, mais semelhante a um pântano

Biblioteca da Abadia de Cister - Saint-Nicolas-lès-Cîteaux (França); na página anterior, Santo Estêvão Harding - Mosteiro de Santa María la Real de la Oliva, Carcastillo (Espanha)





palavras: “Perdi não somente um pai e um pastor, mas um amigo, um companheiro de armas, um atleta inigualável nos combates de Deus [...]. Tendo retornado a Deus, eis que ele permanece unido a nós por um laço de inseparável afeição. Por que chorá-lo? [...] Não chorremos o soldado que repousa na vitória, mas sobre nós, que ainda lutamos no combate”².

Seu primeiro ato foi, na aparência, cortar todo sustento e proteção terrena ao mosteiro, ao proibir que os nobres que frequentavam a igreja de Cister nas festividades litúrgicas o fizessem acompanhados de suas cortes, cujo mundanismo muito contrastava com o ideal de austeridade daquele claustro. Entretanto, apesar de medida tão drástica, ele não perdeu o favor dos que desejavam ajudá-lo por verdadeiro amor a Deus.

Passado apenas um ano em seu novo cargo, a fome se fez sentir no mosteiro. Certo dia, o monge provedor procurou Santo Estêvão para lhe informar que os alimentos haviam acabado. Ambos, cada um por seu lado, saíram para pedir esmolas. O primeiro parecia ter obtido sucesso, mas o que conseguira provinha de um sacerdote que o abade sabia ser simoníaco... Imediatamente mandou devolver todas as provisões e confiar no auxílio da Providência. Sua retidão não demorou em ser premiada: poucos dias depois chegou socorro às portas do mosteiro, sem se saber a origem de tal benefício.

Em outra ocasião, ele enviou dois monges à aldeia de Vézelay para comprar três carroças carregadas de alimentos, roupas e outras provisões, com apenas três denários que encontrara no mosteiro... Confiantes na ordem de Estêvão, eles partiram. No caminho tiveram notícia de um moribundo que desejava ajudar os pobres, para reparar as suas faltas e descansar em paz. Este mandou comprar tudo o que precisavam, e eles regressaram a Cister com três carroças transbordantes de mantimentos, puxadas cada uma por três cavalos. A partir desse ato de supremo

abandono e confiança na Providência, nunca mais cessaram as esmolas de almas generosas.

Uma prova ainda mais dura

Entretanto, a penúria material não era a pior das provas pelas quais passavam os moradores de Cister. Desde a sua fundação, apenas um noviço batera às portas do mosteiro desejando ali ingressar. E, com o passar dos anos, não era raro os sinos tocarem interrompendo o cántico do Ofício, para os monges acorrerem junto ao leito de irmãos moribundos: “As cruzes e os túmulos silenciosamente se multiplicavam [...] no cemitério, mas nenhum noviço chegava para preencher as estalas vazias dos falecidos”³.

Estêvão temia pela continuidade da instituição nascente e, enquanto assistia a mais um que morria, pediu-lhe que, depois de falecido, voltasse para lhe comunicar se o mosteiro era do agrado de Deus e a que se devia a falta de vocações. O monge assim o prometeu e entregou sua alma a Deus.

Poucos dias depois, Estêvão encontrava-se no campo quando de repente veio até ele o monge recém-falecido, o qual lhe revelou ter se salvado graças ao estado de vida que abraçara, sob a direção do santo abade, e que sua obra era agradável a Deus. Quanto à falta de monges, assegurou-lhe que em breve esta dor se transformaria em alegria. A afluência de vocações seria tal que os religiosos se veriam obrigados a exclamar com Isaías: “Este lugar é apertado para mim, dá-me espaço para habitar” (49, 20). E Estêvão, por sua vez, responderia com o profeta: “Quem me gerou estes filhos? Eu estava sem filhos e estéril, exilada e repudiada. Quem os criou, estando eu desamparada e só?” (49, 21).

Ainda submisso a seu abade na terra, o monge – já participante da eterna bem-aventurança – rogou-lhe sua bênção, alegando não poder partir sem permissão para tal. Estêvão deu a bênção e ele desapareceu. Quinze anos de

aparente esterilidade estavam prestes a atingir seu fim.

Novo florescimento

Abria-se o ano de 1113 e eis que, num dia de abril, o monge porteiro correu ofegante até Santo Estêvão para lhe comunicar um fato inaudito: trinta e um cavaleiros pediam para serem admitidos no mosteiro! Efetivamente encontrava-se ali Bernardo de Fontaine⁴ – o futuro Santo de Claraval e glória da Ordem de Cister, cujas obras seriam ainda maiores que as de seus fundadores (cf. Jo 14, 12) –, acompanhado por trinta parentes e amigos que arrastara consigo para abraçar a santidade.

A promessa começava a se cumprir: “Essa entrada massiva, neste terrível mosteiro, da flor da juventude borgognesa foi como uma trovoada. À estupefação sucedeu o entusiasmo, ao entusiasmo, a emulação. Não passava uma semana sem que um cavaleiro viesse suplicar a Estêvão que o consagrasse a Cristo”⁵.

Num curto período de dois anos, foram fundados quatro mosteiros novos: La Ferté, Pontigny, Morimond e Claraval; as chamadas filiações de Cister, a partir das quais floresceria a Ordem. A cada comunidade eram enviados doze monges, número representativo do Colégio Apostólico. Quem seria o abade da mais recente fundação? Para surpresa de todos, Estêvão elegeu Bernardo, com apenas vinte e cinco anos e recém-saído do noviciado, mas que em breve se tornaria um luzeiro para toda a Cristandade.

Em 1118 havia um total de nove abadias cistercienses, e no fim da vida de Santo Estêvão já tinham sido fundadas noventa casas da Ordem, inclusive uma na Inglaterra, país natal do nosso Santo, assim como inúmeros conventos femininos. Porém, como garantir a unidade de ideais e objetivos entre todos, apesar da distância?

Santo Estêvão determinou que, a cada ano, os abades se reuniriam a fim de conversar sobre os assuntos

dos respectivos mosteiros, para assim manterem a coesão da Ordem nascente; ademais, eles deveriam visitar anualmente a abadia-mãe, Cister, e cada abade das quatro primeiras casas – as “filhas mais velhas” – deveria visitar as que dela nasceram, constituindo, pois, uma interligação entre todas como membros de um só corpo. Estêvão elaborou também, em 1119, a *Charta Charitatis* – compilação dos estatutos e normas que todas as abadias deveriam seguir, fundada na lei da caridade –, aprovada pelo Papa Calisto II em dezembro do mesmo ano.

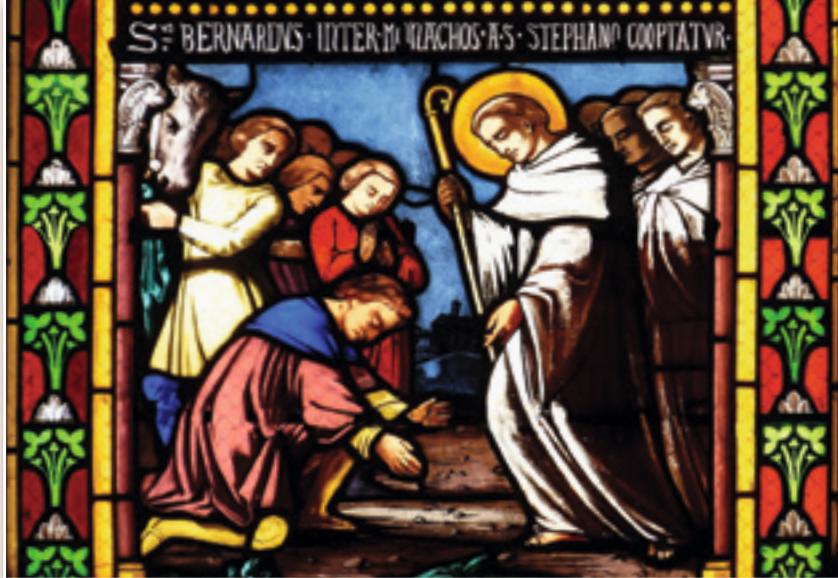
Morte de Estêvão e frutos da Ordem de Cister

Estêvão, considerado oficialmente o fundador dos cistercienses, viveu no recolhimento e solidão de Cister desde que lá chegara, tendo saído apenas cinco vezes e por assuntos importantes concernentes à Ordem.

No fim da sua vida, estava cego e julgou por bem eleger um sucessor. Foi escolhido um monge de nome Guy, que gozava de boa reputação; mas esta não passava de mera fachada. Enquanto os monges prestavam-lhe obediência, Estêvão viu um espírito mau entrar no abade recém-eleito, mas ele nada pôde dizer. Somente lhe cabia rezar...

Transcorrido menos de um mês, a indignidade de Guy ficou patente aos olhos de todos e ele foi deposto do cargo. Reunido outro capítulo, elegeram Raynard, um dos primeiros companheiros de São Bernardo e amigo desde então de Santo Estêvão. A Ordem estava em boas mãos.

No leito de morte, ao lhe assegurarem que podia partir em paz para o Céu, o santo abade respondeu com



De um mosteiro da França, a Ordem de Cister se espalharia por todo o orbe, contanto em suas fileiras com inúmeros Santos, místicos, doutores, prelados e Papas

Santo Estêvão recebe São Bernardo e seus companheiros em Cister - Igreja de São Sacerdote de Limoges, Sarlat (França)

toda a humildade que ia a Deus temeroso de não ter feito nenhum bem sobre a terra, esperando haver tirado algum proveito da graça que a Providência nele depositara. E assim entregou sua alma no dia 28 de março de 1134.

Em breve, abades cistercienses seriam eleitos Bispos das regiões onde se encontravam e convocados a participar de Concílios da Igreja; eles influenciariam até mesmo a Ordem militar dos Templários, cuja regra foi escrita por São Bernardo, e a de Calatrava, fundada por um “monge branco”, como se costumava chamá-los. De um único mosteiro erigido num pântano da França, a grande Ordem de Cister se espalharia por todo o orbe, chegando a ter, no seu auge, setecentos e trinta mosteiros masculinos e femi-

ninos. Dela surgiria séculos depois a Trapa, que adotaria um estilo de vida ainda mais rigoroso.

Inúmeros Santos, místicos e doutores constituem hoje a glória de Cister, tais como São Bernardo, o cantor de Nossa Senhora, e seus irmãos; Santa Lutgarda, Santa Gertrudes e Santa Matilde, confidentes do Sagrado Coração de Jesus; Santo Elredo de Rielvaux e São Guilherme de Saint-Thierry, autores espirituais; entre muitos outros bem-aventurados.

Como uma pequena faísca capaz de incendiar uma floresta inteira, Santo Estêvão Harding atuou sobre a Cristandade sem sair de Cister. Quiçá ele próprio não seja tão conhecido quanto os incontáveis frutos que de sua fidelidade surgiram. ♦

¹ Para conhecer mais sobre a vida de Santo Alberico, ver:
TONILO SILVA, Luis Felipe Marques. Líder de uma rebeldia monacal. In: *Arautos do Evangelho*. São Paulo.

Ano XXII. N.253 (jan., 2023), p.28-31.

² GOBRY, Ivan. *Les moines en Occident. Cîteaux*. Paris: François-Xavier de Guibert, 1997, t.V, p.46.

³ DALGAIRNS, J. B. *Life of Saint Stephen Harding, Abbot of Citeaux and Founder of the Cistercian Order*. London: Art and Book, 1898, p.104.

⁴ Para conhecer mais sobre São Bernardo, ver: MORAZZA-

NI ARRÁIZ, EP, Pedro Rafael. Monge, místico e profeta. In: *Arautos do Evangelho*. São Paulo. Ano V. N.56 (ago., 2006), p.22-25.

⁵ GOBRY, op. cit., p.55.



Alma de contrastes harmônicos

Uma casual sequência de fotografias de família legou à posteridade a oportunidade de analisar matizes diversos do espírito de Dona Lucilia, precioso testemunho que nos revela uma alma temperada na virtude e no sofrimento, capaz de harmonizar em si dor, alegria, perplexidade, confiança, abandono, resignação...

✠ Mons. João Scognamiglio Clá Dias, EP

Por causa de sua grandeza de alma, Dona Lucilia se adaptava com facilidade à vontade dos outros. Nada havia que lhe pudesse abalar o ordenado equilíbrio interior. Fazia lembrar certos rios, existentes na Bacia Amazônica, tão characteristicamente brasileiros: tranquilos em seu leito, envolvem e cobrem em sua imensa serenidade os obstáculos surgidos ao longo de seu curso.

Paz de alma ante os maiores reveses

Aqueles que mais proximamente conviveram com Dona Lucilia nunca a viram ter um só movimento de impaciência, por menor que fosse.

Se a vida lhe trazia algum grave revés, como foi o caso do incêndio de um de seus imóveis, ou da doença que a atingira com dores agudas, a confiança na Providência lhe dava o consolo para manter a paz interior sem se afligir com o futuro. E, até no governo da casa, jamais permitia que os diminutos

– mas não raro absorventes – problemas domésticos lhe turbassem o espírito, mantendo-se sempre calma como

a superfície cristalina de um lago de montanha.

Seu filho, que a acompanhou de perto até o fim de seus dias, pôde afirmar sem receio: “Em sessenta anos de convívio com mamãe, nunca a vi ter um capricho”.

Quanta renúncia de si mesma, quanto domínio da vontade não lhe foi necessário, durante sua longa existência, para que alguém pudesse fazer dela esse comentário tão simples, mas testemunho de tão grande equilíbrio de alma!

Três fotografias, três aspectos de alma

A partir do dia em que Dona Lucilia atingiu os oitenta anos, suas virtudes se tornaram ainda mais notórias aos olhos daqueles que haviam tido a graça de observá-la.

Revendo os diversos aspectos de sua matizada alma, podemos dizer que talvez os mais belos eram harmonicamente opostos: de um lado, sua grande bondade, que transparecia em seu trato afável,



No seu todo se nota o desejo de agradar os circunstântes, como só ela sabia fazer

Nesta página e na seguinte, Dona Lucilia em 4 de fevereiro de 1956



Olhar profundo e firme, posto na consideração de altos horizontes, no extremos dos quais Se encontra Deus

sempre pronta a se inclinar sobre os outros para lhes fazer o bem; de outro lado, sua firmeza, seriedade e inquebrantável fidelidade ao modo de ser católico. Todas estas qualidades, ela as hauria do Divino Mestre.

Por uma providencial circunstância, três fotografias tiradas no dia do aniversário de seu bisneto, 4 de fevereiro de 1956 – e, portanto, pouco antes de seu próprio natalício – nos testemunham precisamente esses magníficos lados de alma. Nessa ocasião, encontramo-la em casa de sua neta, Da. Maria Alice.

Distensão em meio a uma vida de cruzes

Na primeira fotografia podemos ver Dona Lucilia segurar pela mão o pequeno Francisco Eduardo. É das poucas que a retratam conversando. Dá quase a impressão de ter movimento, de tal forma se apresenta comunicativa. Seu olhar é expressivo, e no seu todo se nota o desejo de agradar aos circunstantes, como só ela sabia fazer.

Porém, a fisionomia é de quem vive um hiato de contentamento e distensão em meio a uma vida na qual não faltam as cruzes. Aqueles oitenta anos para quem pautou sua existência pela fidelidade a Nosso Senhor Jesus Cristo, não podia deixar de ser uma longa *via crucis*. Quantas recordações de toda ordem não terão passado pela mente de Dona Lucilia naquele dia!

Firmeza de uma contemplativa numa sociedade decadente

A segunda fotografia mostra outro estado de espírito dela. Seu olhar profundo e pensativo está posto na consideração de altos horizontes, no extremo dos quais Se encontra Deus. Dir-se-ia ser ela uma contemplativa, que vive na clausura bendita de seu mosteiro, voltada só para assuntos celestiais. Mas não.

Emoldurando esse olhar, vemos a fisionomia de uma tradicional dama paulista que vive a vida de sociedade, em pleno século XX.

No seu porte transparece também grande afirmatividade. O modo de cerrar os lábios é de quem serenamente afirma nada ceder, recuar ou transigir em matéria de princípios, nem para obter um sorriso. O caminho está escolhido e por ele está decidida a ir até o fim.

É a mesma atitude de alma que está presente nas fotografias dela tiradas em outras ocasiões, e de modo notável nas de Paris. Formam elas uma coleção na qual é patente a grande continuidade psicológica de sua vida, que nenhuma vicissitude foi capaz de alterar.

Muitos anos após a morte de Dona Lucilia, seu filho recordaria com saudades aquele dia, ao comentar as lembranças que a segunda fotografia lhe evocavam:

“Várias vezes na vida eu a vi perplexa, com um pouco desta fisionomia. Ela mantinha o semblante imóvel, sem franzir a testa, o olhar

fixo num ponto indefinido e como que ausente da própria face, meditando. Era sinal de que alguma preocupação lhe tomava o espírito, e calmamente estava se perguntando como agir.

“Quando julgava que suas apreensões se confirmavam, entregava-se resignada e confiantemente nas mãos de Deus. Nessas ocasiões, o que mais eu admirava nela era a calma em meio à apreensão”.

Afeto e comprazimento

A última das fotografias constitui interessante prova da benquerença de Dona Lucilia, qualidade de alma que tanto marcou sua existência.

Além de sua elevada distinção, nota-se grande comprazimento em sua fisionomia por ter nos braços um bisneto a quem podia envolver com toda a proteção de seu acolhedor afeto. ♣

Extraído, com pequenas adaptações, de: *Dona Lucilia*. Città del Vaticano-São Paulo: LEV; Lumen Sapientiae, 2013, p.537-542



Comprazimento por ter nos braços um bisneto a quem podia envolver com a proteção de seu acolhedor afeto



Espanha – No dia 26 de janeiro, os Arautos do Evangelho presentes na nação espanhola reuniram-se na Basílica de Nossa Senhora do Pilar, em Saragoça, para uma Santa Missa celebrada no altar-mor. Em seguida, todos se dirigiram em procissão até a capela da Santíssima Virgem, para fazer-Lhe uma oferenda floral.



Itália – Por ocasião do centenário da Paróquia Santo Hilário da cidade de Malcontenta, na circunscrição do Patriarcado de Veneza, os Arautos do Evangelho participaram da procissão e Celebração Eucarística, presidida por Dom Francesco Moraglia, Patriarca Metropolitano.



Equador – A Imagem Peregrina do Imaculado Coração de Maria visitou a Paróquia São João Bosco, na cidade de Cuenca, por ocasião das celebrações natalinas. Após a coroação da Santíssima Virgem, os fiéis puderam se aproximar para fazer-Lhe seus pedidos.



Alessandro Tiso

Fotos: Leandro Souza

Caieiras – No dia 28 de janeiro, memória litúrgica do Doutor Angélico, Dom Benedito Beni dos Santos, Bispo Emérito de Lorena, proferiu a aula magna para abertura do ano letivo do Instituto Teológico São Tomás de Aquino e do Instituto Filosófico Aristotélico-Tomista. Em seguida o prelado presidiu uma solene Eucaristia, da qual participaram professores e alunos.



Fotos: Federico Monzon

Fotos: @lupasyacaacupe

Paraguai – Com muita alegria, no dia 22 de dezembro o órgão de tubos da Igreja Mãe do Bom Conselho, em Ypacaraí, foi abençoado durante a Santa Missa, à qual se seguiu um concerto inaugural (fotos 1 a 3). Por ocasião da Solenidade da Epifania, os Arautos do Evangelho animaram a solene Eucaristia no Santuário Nacional de Nossa Senhora dos Milagres, em Caacupé, presidida pelo Pe. Kirthan Blasius Carlo, EP (fotos 4 a 6).



Fotos: César Galazza



1



2



3

Fotos: Juan Forero



4



5

República Dominicana – Por ocasião das festividades de Nossa Senhora de Altadragacia, Mãe e protetora do povo dominicano, os Arautos do Evangelho participaram da solene procissão pelo centro histórico da capital, Santo Domingo (fotos 1 a 3). Em janeiro a Paróquia São João Bosco, de Jarabacoa, recebeu a visita Imagem Peregrina do Imaculado Coração de Maria (foto 4), que esteve também no Centro Geriátrico Margarita Herrera, na mesma cidade, espargindo suas bênçãos (foto 5).

Fotos: Willian Drobota



Piraquara (PR) – No mês de janeiro os cooperadores dos Arautos do Evangelho da região reuniram-se para um encontro de formação na casa dos Arautos, com o Pe. Rodrigo Fugiyama Nunes, EP. Além das palestras, os presentes puderam participar da Santa Missa na Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho.



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11

Depois de deixarem aos pés do Menino Jesus o ouro, o incenso e a mirra (cf. Mt 2, 11), os Reis Magos, vindos do longínquo Oriente, levaram brinquedos, roupas e alimentos para as crianças carentes das localidades de Santa Helena, município de Barillas (fotos 1 a 3), e de El Col-

rado, município de San José Pinula, (fotos 4 a 6), na Guatemala. Eles distribuíram também seus presentes na casa dos Arautos em Sevilla la Nueva, Espanha (fotos 7 e 8), e na Igreja Mãe do Bom Conselho, em Ypacaraí, Paraguai (fotos 9 a 11).





Primeiro vencer, depois combater!

A arte da guerra, com suas táticas e segredos, pode ser aplicada com muito proveito ao progresso de nossa alma, disputada a todo momento pelos Céus e pelo inferno... Qual é o nosso papel nesta batalha?



℟ Pe. Carlos Javier Werner Benjumea, EP

A vida do homem sobre a terra, desde quando abrimos os olhos para este mundo até quando eles se cerrarem após o último embate, sempre foi e sempre será, queira-se ou não, uma constante luta. E a razão desta luta é a única hostilidade estabelecida por Deus: “Porei inimizades entre ti e a Mulher, entre tua linhagem e a linhagem d’Ela. Esta te esmagará a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn 3, 15).

Se quisermos ter parte com os gloriosos vencedores, os soldados e filhos da Virgem Santíssima, cuja vitória já está selada por Deus, precisamos perseverar valentemente e enfrentar a cada dia uma feroz batalha que se trava sobretudo em nosso interior. Em contrapartida, os covardes, filhos da Serpente, “terão como quinhão o tanque ardente de fogo” (Ap 21, 8).

No combate convencional entram em jogo numerosos fatores que determinam o resultado final, tais como: diplomacia, treinamento, logística, estratégia, condições climáticas, aci-

dentes geográficos... Trata-se de uma enorme e complexa conjugação, cujo bom êxito exige experiência e perspicácia.

Ora, muitas das leis da guerra se aplicam à nossa luta espiritual pois, em seu sentido abstrato, a estratégia fundamental é a mesma. Por isso, pode ser esclarecedor e instrutivo considerar algumas máximas militares por esse prisma.

A arte da guerra espiritual

No opúsculo intitulado *A arte da guerra*, o proeminente estrategista e literato chinês Sun Tzu nos legou esta sentença: “Conhece o adversário, conhece-te a ti mesmo, e tua vitória nunca será ameaçada”.¹ Transpondo o ensinamento ao campo espiritual, uma instrução clara a respeito das seduções do demônio e das fraquezas habituais da natureza humana pode nos ser uma estratégia excelente para nos mantermos em estado de graça.

Diz também Clausewitz que a guerra é “um ato de violência para obrigar o

adversário a cumprir a nossa vontade”.² Na batalha da vida interior, nosso pior inimigo é a lei da carne que, em nós, luta contra a lei do espírito (cf. Rm 14, 23); e todo o nosso êxito consiste em que a vontade do espírito lute contra a da carne e a obrigue a fazer a sua vontade.

Estabelecendo diversos paralelos desse gênero, Padres e Doutores da Igreja nos transmitiram ao longo dos séculos valiosos ensinamentos. O grande São Francisco de Sales portou consigo durante décadas um livro que muito o ajudou a entender a arte da guerra sobrenatural. Trata-se do manual *O combate espiritual*, do sacerdote teatino Lorenzo Scupoli. Ele o recomendava enfaticamente a todos os seus dirigidos, assegurando-lhes que por esse meio obteriam a verdadeira paz e confirmado, assim, o velho adágio romano: “Si vis pacem, para bellum – Se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

Um dos melhores ensinamentos desta obra, que o santo Bispo de Genebra adotou como um propósito para

toda a vida, é o que conhecemos hoje como *exame de previsão*, estratégia que parece basear-se num princípio de sabedoria universal discernido com clareza até por povos pagãos, como se pode constatar na regra pregada no Japão de outrora aos samurais: “Primeiro vencer, depois combater”.³

Esta sentença realça a fundamental importância da preparação para a luta, que pode ser melhor entendida exercitando a imaginação.

Comandando um exército com sabedoria...

Imaginemos, pois, que fomos incumbidos de dirigir uma guerra, de preferência numa época anterior à nossa, quando os campos de batalha ainda se ornavam com os esplendores da heráldica, espadas reluzentes e bandeiras desfraldadas; sobretudo, quando ainda existia a honra. Estamos na aurora de uma batalha decisiva e já divisamos as tropas adversárias.

Suponhamos que, sabiamente, tenhamo-nos preparado com muita antecedência para o momento do entrechoque. Procuramos conhecer bem o inimigo, estudando suas táticas, seus pontos fracos e fortes, até sermos capazes de prever todos os seus movimentos. Conhecendo também a nós mesmos, nossas limitações e debilidades, empenhamo-nos em equipar nosso exército com as melhores armas e munições, sem jamais nos esquecermos de utilizar a diplomacia para pôr em ação amigos e aliados.

Com olhos e ouvidos atentos, percorremos o campo de batalha, procurando auscultar qualquer movimentação inimiga; e despontada a luz do sol, avançamos cheios de ânimo, coragem e amor ao ideal que defendemos! Quais são, então, as possibilidades de sermos derrotados? Existem, é verdade; mas quão menores e menos prováveis do que se não nos tivéssemos preparado!

Como aplicar esse princípio preventivo à nossa vida espiritual?

...e nossa alma rumo à vitória

Muito se tem exalçado a importância do exame de consciência diário, o qual equivale, na esfera militar, a fazer o balanço da batalha: contar mortos e feridos, avaliar o terreno conquistado ou perdido, analisar os erros cometidos, tomar as providências logísticas pertinentes em matéria de equipamentos perdidos ou danificados. Sem dúvida, algo muito necessário. Mas quantas batalhas teríamos vencido e quantas perdas teríamos evitado se houvessemos, no início do dia, assumido uma atitude de vigilância?

O Pe. Lorenzo Scupoli explica muito bem como deve ser essa disposição: “[Deves] recolher-te em teu interior para examinar com atenção quais são ordinariamente teus desejos e afetos, e reconhecer qual é a paixão que reina em teu coração; a esta paixão deves declarar a guerra como a teu maior inimigo”.⁴

Feito isso, “a primeira coisa que deves fazer quando despertas é abrir os olhos da alma e considerar-te como num campo de batalha em presença do inimigo e na necessidade forçosa de combater ou de perecer para sempre. Imagina que tens diante dos olhos o teu inimigo, ou seja, o vício ou paixão desordenada que desejas dominar e vencer, e que esse monstro furioso avança para te oprimir e derrotar. Imagina também que à tua direita está teu invencível Capitão,

*Quantas batalhas
espirituais teríamos
vencido se, no início
do dia, houvessemos
assumido uma atitude
de vigilância em
relação a nós mesmos*

Jesus Cristo, acompanhado de Maria e de José, e de muitos esquadrões de Anjos e bem-aventurados, especialmente do glorioso Arcanjo São Miguel”.⁵

Nessas disposições, teremos chances muito maiores de vencer as tentações e progredir na virtude. Afinal, “mais vale prevenir do que lamentar”, adverte-nos o conhecido refrão. E é este o sentido profundo das palavras do samurai: “Primeiro vencer, depois combater”.

Mais alguns conselhos de guerra

Uma vez iniciado o embate, sempre não olvidarmos o princípio de Santo Inácio do *agere contra*, que consiste em atacar nossos defeitos procurando amar a virtude oposta e esforçando-nos por praticá-la com o auxílio da graça. Assim, se é a soberba que clama com mais fúria em



Cena militar do Ancien Régime - Museu da História Militar, Viena; na página anterior, “Regimento Lusitania”, por José Ferre Clauzel



nosso interior, admiraremos no próximo os dons de Deus e esforçemo-nos por não nos escusar ao sofrer humilhações. Teremos usado contra tal vício uma arma mortífera.

Ora, pode acontecer que, para causar confusão, o demônio nos ataque com tentações diferentes daquelas que fizemos o propósito de combater ao longo do dia. Previne-nos o Pe. Scupoli: “Se o espírito maligno, desejando desviar a atenção, te assaltar com outra paixão ou vício, deverás acudir sem demora aonde for maior e mais urgente a necessidade, e depois retornar à tua primeira empresa”.⁶ Da mesma forma como no campo de batalha convencional uma mudança inesperada pode a qualquer momento exigir do general decisões ousadas, astutas e seguras, assim também a alma deve estar sempre vigilante e flexível perante qualquer embate súbito e imprevisto.

Nada podemos sem o auxílio dos Céus

Diante deste desafiante panorama, é natural que – concebidos como somos em pecado original – sintamo-nos impotentes e receosos...

Entretanto, que ninguém desanime! Está à disposição de todo cristão uma fonte inexaurível de coragem, um manancial cristalino que restaura todas as energias, um tesouro de onde ele pode tirar sempre, sem merecimento algum, as graças, socorros e milagres de que necessite: a oração. Sem o auxílio divino, jamais obteremos qualquer êxito na conquista do Céu.



Thiago Tamura

Capela da Mãe do Bom Conselho - Casa-mãe dos Arautos do Evangelho, São Paulo

*‘Está à disposição
de todo cristão uma
fonte inexaurível
de coragem, um
manancial que
restaura todas as
energias: a oração’*

Se o Senhor não nos sustentasse a cada instante com graças superabundantes, cairíamos mil vezes nos mais profundos abismos do pecado e seríamos capazes de cometer os mais exécráveis crimes. E tanto mais facilmen-

¹ TZU Sun. *El arte de la guerra*. 2.ed. Madrid: Fundamentos, 1981, p.84.

² CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p.75.

³ TSUNETOMO, Yamamoto. *Hagakure. Le livre du samouraï*. Noisy-sur-École: Budo Éditions, 2014, p.193.

⁴ SCUPOLI, CR, Lorenzo. *Combate espiritual*. Barcelona: Li-

brería Religiosa, 1850, t.I, p.94-95.

⁵ Idem, p.89-90.

⁶ Idem, p.95.

⁷ Idem, p.91-92.

te resvalariam quanto mais confiança tivéssemos em nossa imaginária virtude. Mas se formos sempre conscientes dessa realidade e estivermos livres de toda presunção, construiremos sobre a rocha da humildade um baluarte inexpugnável.

Jamais nos atrevamos a entrar na luta sem antes pedir, como um brado de guerra, o que se canta no *Te Deum*: “*Dignare, Domine, die isto sine peccato nos custodire* – Dignai-Vos, Senhor, preservar-nos do pecado neste dia”.

Donde conclui o Pe. Scupoli: “Embora sejas débil e estejas mal habituado, e teus inimigos te pareçam formidáveis por seu número e suas forças, não temas, porque os esquadrões que descem do Céu para te defender e socorrer são mais fortes e poderosos do que os enviados pelo inferno para te roubar a vida da graça. O Deus que te criou e redimiu é onipotente e tem muito mais desejo de te salvar do que o demônio de te perder”.⁷

Ânimo, força e resolução!

“A vida do católico é uma luta perpétua. Se não houver luta, é sinal de que a derrota começou. [...] Quem quiser viver sem preocupações na virtude, já a abandonou e está fora dela, pois está na substância da virtude esse desejo de luta e de cruz”,⁸ afirmou certa vez nosso mestre espiritual, Dr. Plínio Corrêa de Oliveira.

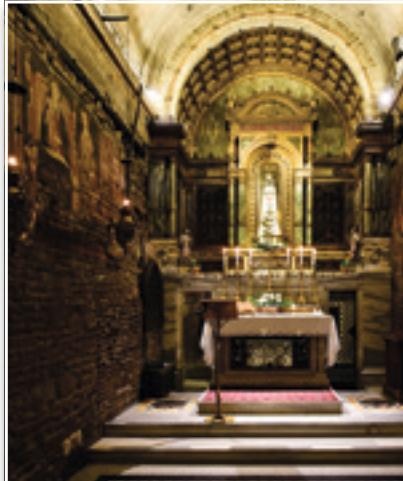
Não sejamos, pois, desertores: lancemos-nos na lida com força e resolução, que da incessante guerra contra nossas más tendências e hábitos viciosos há de nascer finalmente a vitória! ♣

...que a casa onde “o Verbo Se fez carne” existe até hoje?

Graças a uma remota tradição, a antigos manuscritos e a recentes estudos arqueológicos, hoje conhecemos mais dados sobre a casa de Nazaré – local onde a Santíssima Virgem residiu desde a infância e recebeu o anúncio do Arcanjo São Gabriel –, que foi miraculosamente transportada por Anjos durante a invasão muçulmana da Palestina, em 1291. A Santa Casa, como ficou conhecida, apareceu primeiro na Ilíria – na região noroeste dos Balcãs – e três anos mais tarde na cidade italiana de Loreto, que então fazia parte dos Estados Pontifícios.

A construção original estava formada por três paredes edificadas em frente a uma pequena gruta, que exercia o papel de quarta parede e depósito da moradia, segundo o estilo da época. Em

Conrad Fernandes



Santa Casa de Loreto, Itália

Loreto encontram-se as três paredes de pedra que, conforme rigorosos estudos arqueológicos da década de 1960,

possuem unidade de estrutura com a parte que permaneceu em Nazaré, na Igreja da Anunciação.

Ainda na Galileia, os primeiros discípulos do Senhor transformaram a casa em lugar de culto, elevando suas paredes, e se ergueram sucessivas construções para abrigar a preciosa relíquia, a fim de protegê-la da deterioração. No século XIV, já na Itália, numerosos artistas disputaram a parte superior das paredes da modesta residência – de menor valor histórico e devocional – para pintar afrescos da Virgem com o Menino e, na Renascença, foi-lhe confeccionado um revestimento externo de mármore ricamente esculpido. Em 1922, no local correspondente à quarta parede, se erigiu um altar com a inscrição: “Aqui o Verbo Se fez carne”. ♣

...por que os Evangelistas são representados por quatro seres vivos?

Em torno de quatro figuras enigmáticas, frequentemente esculpidas ou pintadas nas igrejas, costumam surgir algumas interrogações: O que significam esses seres misteriosos? Qual é a sua relação com os autores dos Santos Evangelhos, ao lado dos quais aparecem?

Essas representações alegóricas estão presentes na iconografia católica desde o século II, e se fundamentam neste trecho do Apocalipse: “Em redor

do trono, estavam quatro seres vivos [...]. O primeiro ser vivo parecia um leão; o segundo parecia um touro; o terceiro tinha rosto de homem; o quarto parecia uma águia em pleno voo” (4, 6-7).

Os cristãos viram nessas figuras um símbolo dos Santos Evangelistas. O ser com aspecto humano representa São Mateus, o qual realça especialmente a humanidade de Nosso Senhor Jesus Cristo em sua narração. Atribui-se o leão, que faz ouvir seu majestoso rugido

em locais ermos, a São Marcos, pois esse animal evoca a figura de João Batista, personagem que abre o segundo Evangelho clamando no deserto para anunciar a chegada do Messias. Representado pelo boi ou touro, São Lucas inicia seu relato com o sacrifício de Zacarias no Templo, numa alusão ao sacrifício do próprio Redentor. Por fim, a águia expressa a suma elevação do pensamento teológico de São João, que proclama em particular a divindade de Jesus. ♣

Os quatro Evangelistas - Basílica de Santa Maria Sopra Minerva, Roma



Gustavo Kralj



O que a arte nos anuncia?

Pode a arte transmitir uma mensagem ideológica e, nesse sentido, ser uma “anunciação” da mentalidade dos homens de uma época? A consideração de algumas conhecidas obras de arte nos ajudará a responder.

✉ Santiago Vieto Rodríguez



Se a mais alta vocação da arte consiste em unir o celestial ao terreno, o famoso retábulo da *Anunciação* do Beato Fra Angélico, conservado no Museu do Prado, em Madri, é certamente uma das mais exitosas tentativas de corresponder a esse apelo.

Enquadrado habitualmente na história da arte como uma obra de transição entre a pintura gótica e a renascentista, ele pode suscitar polêmicas bizantinas caso se tente encaixá-lo num determinado período baseando-se exclusivamente na técnica e interpretação, sem levar em conta o espírito que lhe deu vida.

Anelos de transcendência e sublimidade

É inegável que esta pintura reflete uma cosmovisão puramente medieval. A “moldura plataforma” na qual se assenta, formada por outras cinco cenas bíblicas que completam o retábulo do altar, assinala que este foi projetado como um conjunto narrativo a serviço do culto divino, finalidade cumprida enquanto ele permaneceu na capela do Convento de São Domingos, na cidade italiana de Fiesole.

Movido por sua fervorosa religiosidade e por seu raciocínio analógico, o homem medieval via na iconografia janelas abertas para outras realidades, procurando representar os seres sobrenaturais na atmosfera que lhes é própria. Não querendo limitar-se a

retratar nossa simples materialidade, valiam-se de fundos dourados e mesmo da modificação intencional da perspectiva natural, a fim de tirar o espectador do contexto terreno e elevá-lo à dimensão espiritual. No santo anelo de tornar-lhe sensível o que é visível apenas aos olhos da alma, criavam ambientes sublimes, adornados de modo propício à oração e à transcendência.

Todo o quadro da *Anunciação* está iluminado por essa piedade cheia de inocência, que procura – por meio de formas belas e ordenadas, cores puras e brilhantes – apontar para seus arquétipos. Ele transmite com clareza uma mensagem que visa exaltar virtudes sobrenaturais evidentes; por exemplo, o recolhimento e a despretensão de Maria Santíssima, ou o respeito e a humildade do Arcanjo São Gabriel.

A mentalidade medieval que o inspirou se caracteriza ainda por favorecer grande abundância de símbolos, que não podemos comentar sem extrapolar as dimensões deste artigo. Mencionamos apenas a evidente presença da Santíssima Trindade sob diferentes figuras, e a notável exegese atemporal que significa a substituição do “*hortus conclusus*” (Ct 4, 12) – tradicionalmente representado durante o período gótico como um jardim cercado de muros, símbolo do seio puríssimo da Virgem escolhida para ser Mãe do Criador – por outro jardim, o do Éden,

do qual foram expulsos nossos primeiros pais (cf. Gn 3, 23).

Este detalhe indica como a perda do Paraíso Terrestre por causa do pecado original, fato separado por milênios do tema principal da obra, constitui aos olhos acrônicos de Deus uma só cena, “ato” principal da trama da História. Aquela “*felix culpa*” que nos mereceu um tão grande Redentor – como canta o Precônio Pascal – fez o Eterno irromper no tempo e Se encarnar no claustro virginal de Maria Santíssima, o novo e insuperável Paraíso de Deus e dos homens (cf. Lc 1, 26-38).

Com o “intercâmbio de Paraísos”, este magnífico retábulo anuncia a vitória sobre o pecado, o triunfo de Deus na História por meio da plena união do criado com o divino.

Estética naturalista e realidade pragmática

Encontramos algo muito diferente em uma não tão conhecida obra do humanista por antonomásia: Leonardo da Vinci. Nela apreciamos uma requintada técnica, ressaltada por uma exímia composição, com grande protagonismo das leis da perspectiva geométrica e atmosférica, que o renomado gênio da Renascença tanto se preocupou em aperfeiçoar.

Analizando a anatomia das figuras, bem como os tecidos, percebemos que na busca do realismo Da Vinci deita enorme atenção no detalhe, o que



“Anunciação”, por Fra Angélico - Museu do Prado, Madri

consegue valendo-se dos mais refinados efeitos oferecidos pela pintura a óleo. Falamos de um artista que tentou desvendar os segredos e fundamentos da natureza, mas que – para satisfazer suas inquietudes pragmáticas, sem desejar ir além – renunciou implicitamente a perceber e transmitir o néctar da realidade: a super-realidade que está no que não vemos e que, sustentando o visível, deixa-se apreciar somente por

homens piedosos, os quais entendem uma linguagem ao mesmo tempo teológica e mística (cf. Lc 10, 21).

Na *Anunciação* do mestre renascentista vemos representada uma donzela cheia de si, e não de graça, autossuficiente e comprazida, que parece procurar em seu livro um misterioso conhecimento que seja fonte de prestígio ou de poder, e não algo para alimentar suas esperanças messiânicas com

humilde admiração. O sublime – conforme definição de Dr. Plínio Corrêa de Oliveira – tem um grau de beleza cuja proporção é superior ao homem e, portanto, manifesta mais a Deus. E por isso o artista, se optar por deixar de lado a mensagem teocêntrica, indiferentemente da técnica ou do estilo, converter-se-á quando muito em um “sábio” deste mundo, alheio ao chamarido a ser intérprete do sublime.



Representações da cena da Anunciação: à esquerda, por Leonardo da Vinci - Galleria degli Uffizi, Florença (Itália); à direita, por Sandro Botticelli - Metropolitan Museum of Art, Nova York

Se algum leitor julgar subjetivas essas observações, convidamo-lo a responder com sinceridade à seguinte pergunta: poderia alguém, contemplando esta pintura, sentir-se naturalmente inspirado a rezar ou a meditar com piedade sobre os sagrados mistérios?

Paraíso de prazeres, divorciado do Céu

Quem analisar minuciosamente a mentalidade que está por trás desta e de muitas outras obras da Renascença, como a *Anunciação* do paradigmático Sandro Botticelli, perceberá que nesse período deu-se uma ruptura no espírito humano, prenunciativa da perda da fé no Ocidente Cristão.

O Humanismo preconizava o trágico divórcio entre fé e razão, poesia e lógica, espírito e matéria. Preocupado não mais em unir o Céu e a terra, procurou constituir neste mundo um paraíso de prazeres que exaltava a beleza física, relegando o sobrenatural a um plano secundário, tirando do centro a Cruz de Cristo e entronizando o homem, abrindo caminho para o mais sofisticado mundanismo e para todo tipo de desordens.

Inclusive nos temas sacros, abandonados pouco a pouco pelos novos paixões, a tendência dos artistas era pintar as cenas tal qual as captavam os sentidos corporais, numa mera observação empírica, descartando os imponderáveis perceptíveis apenas pelos sentidos espirituais e, ao mesmo tempo, substituindo a devoção pelo dramatismo e a elevação sobrenatural por uma estética superficial. Por essa razão, somos levados a reconhecer na “moda naturalista”

da arte o ponto de inflexão no qual se encontra o germe do cartesianismo que, por sua vez, levaria ao positivismo e ao céptico materialismo atualmente reinante.

Explicava Dr. Plinio¹ que é próprio ao espírito católico compreender e unir contrários harmônicos como, por exemplo, força e delicadeza, lógica e fantasia;² e é próprio à Revolução, pelo contrário, detestar e contestar todos os equilíbrios, produzindo manifestações exageradas de lógica sem fantasia – naturalismo – e de fantasia sem lógica – caos relativista.

Entende-se melhor esta afirmação, que parece ousada, quando se analisam exemplos posteriores desse processo de decadência que parece não ter fim, incrivelmente capaz de criar extremos de fealdade, loucura e indecência cada vez mais insolentes.

Delírios surreais e contestatários

As imagens seguintes poderão, eventualmente, ofender a sensibilidade do leitor, pelo contraste que apresentam. São alguns exemplos de pintores modernos de renome, considerando que não chegam ainda aos extremos inapresentáveis de certas escolas mais recentes.

Temos de um lado a torpe burla de um excêntrico, Salvador Dalí, fruto do positivismo, doutrina que desvirtua a imaginação do homem. Esta potência da alma – que deveria servir para conhecer as realidades mais elevadas através de exercícios de transcendência metafísica – converte-se num lodaçal de pesadelos e delírios surreais representados com fidelidade por este

autoproclamado “alucinógeno”,³ em outras de suas pinturas mundialmente conhecidas.

Ao abandonar o naturalismo ainda reinante na pintura acadêmica, como que por força de um pêndulo, muitos “artistas” como este se empenharam em distorcer a realidade, com uma visão cada vez mais subversiva, revolucionária e contestatária da vida e das leis da pintura tradicional. Tornou-se comum procurar formas desfiguradas e esteriotípicas, que contrastam com o equilíbrio, a paz e a serenidade manifestadas pela arte própria aos séculos que se empenharam na prática da virtude mais do que na conquista do êxito material.

Assim, na multidão de movimentos vanguardistas existentes, o mundo testemunhou como os pintores pareciam competir para mais efetivamente chocar,

Abaixo: “Anunciação à Virgem Maria”, por Salvador Dalí; à direita, “Anunciação”, por Romare Bearden



contrariar e, se possível fosse, reformar a seu critério a ordem estética do universo, tendo como mensagem genérica a confusa “anunciação” de um sombrio e caótico futuro.

Relativismo e irracionalidade

A consequência da perda da fé é o obscurecimento da luz da razão, pelo qual surgiram na modernidade movimentos “intelectuais” e “artísticos” capazes inclusive de questionar a existência de uma verdade absoluta.

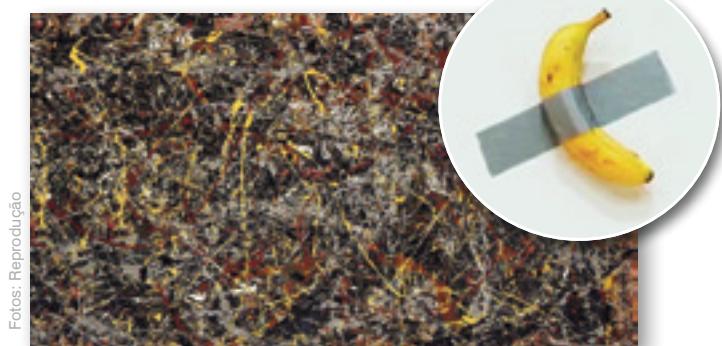
Separando, na arte, ideia e objeto material, caíram no subjetivismo da chamada “arte conceitual”, na qual só tem importância a suposta mensagem a ser transmitida, por exemplo colando uma banana na parede de um museu – obra leiloada por mais de seis milhões de dólares, em novembro de 2024 – ou expondo qualquer objeto, até os mais repugnantes, para a contemplação dos visitantes. Por outro lado, proliferaram as escolas que, desterrando as ideias, afirmam que é o objeto físico que deve ser considerado apreciável em si mesmo, como expressão “natural” e apaixonada do artista – claro está, sem se prender a regras estéticas.

O conceito de arte, brutalmente dissecado, perdeu seu significado como técnica ou ofício, e nem se diga como fator de aprimoramento cultural. A nobre linguagem das cores e das formas – que serviu durante séculos para transmitir mensagens de grande transcendência, elevando civilizações – chegou

a ser abolida em nome do “expressionismo abstrato”, no qual as ideias já não têm importância: a única mensagem identificável é a justificação da espontaneidade e do ato irracional dominado pelo sentimento do artista. Não se pretende mais apresentar verdades espirituais por meio da beleza, mas sim impactar os sentidos corporais pela transmissão de uma emoção fugaz, subjetiva e inútil.

Costuma-se dizer que, indiferentemente do tema escolhido, o pintor sempre retrata sua própria alma. Nas pinturas modernas, porém, parece que o meio substituiu o fim: o pintor não se esforça mais em utilizar suas qualidades para interpretar seu ambiente, mas em utilizar seu ambiente para proclamar seu ego.

Confirma essa afirmação o autor da obra *Nº 5, 1948*, Jackson Pollock, com suas próprias palavras: “Para mim, a arte moderna não é mais do que a expressão dos objetivos contemporâneos da época em que vivemos. [...] Todas as culturas tiveram meios e técnicas para exprimir seus objetivos imediatos: os chineses, a Renascença, todas as culturas. O que me interessa é que hoje os pintores não precisam buscar um tema exterior a eles mesmos. Em sua maioria, os pintores modernos trabalham a partir de uma fonte diferente, trabalham a partir do interior”.⁴ Tendo isto em vista, torna-se mais fácil fazer hipóteses sobre o motivo pelo qual esse polêmico quadro foi vendido no ano de 2006 pelo incrível preço de cento e



Fotos: Reprodução

“No. 5, 1948”, por Jackson Pollock; em destaque, “Comedian”, por Maurizio Cattelan

quarenta milhões de dólares... batendo o recorde histórico até essa data de inversão numa obra de arte.

É realmente o caso de se perguntar: o que viam de tão valioso em tal quadro seus compradores? Buscavam porventura, como outrora, uma mensagem reforçada por uma satisfação estética? Levou-os a adquiri-lo um mero esnobismo ou uma vulgar especulação mercantil? Queriam uma apologia plástica para um estilo de vida anárquico e igualitário? Estavam alucinados pelo espírito que animava Pollock ou simplesmente à procura de um fiel retrato de sua própria mentalidade?

Mais importante do que isso, devemos nos indagar se esta forma de arte, que em teoria suprimiu a mensagem ideológica, deixou de ser uma anunciação para ser uma constatação do caos reinante nas mentes e nas almas daqueles que abraçam tal modo de “expressão”. Não será ele, a este título, também uma forma de “anunciação”, mas ao revés?

* * *

Em face de tudo isso, cabe recordar que a via para recuperar a sabedoria está na admiração de toda forma de autêntica pulcritude, especialmente da mais bela e elevada de todas, que é a santidade, anunciação da felicidade eterna. ♦

¹ Cf. CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio. Oração e holocausto simbolizados na lâmpada. In: *Dr. Plínio*. São Paulo. Ano XXVII. N.320 (nov., 2024), p.33.

² No sentido empregado por Dr. Plínio, a palavra *fantasia* não se refere à fantasmagoria ou ao devaneio ilusório da mente, mas sim à capacidade criativa da imaginação.

³ “Nunca tomei drogas porque eu sou a droga. Que me tomem a mim, eu sou a droga, eu sou o alucinógeno”, afirmou Dalí numa entrevista.

⁴ ROSS, Clifford (Ed.). *Abstract Expressionism: Creators and Critics. An Anthology*. Nova York: Harry N. Abrams, 1990, p.140.

Virgem entre os Anjos,
por Pedro Serra - Mosteiro de
San Cugat del Vallés (Espanha)



Nossa Senhora, simplesmente pousando a sua mão virginal sobre uma alma cheia de defeitos e vícios, carregada de pecados, pode transformá-la num santuário.

Como pela oração d'Ela, em Caná, Nosso Senhor mandou que a água se mudasse em vinho, assim também a Santíssima Virgem pode, a qualquer momento, obter de seu Divino Filho para um pecador graças tão

abundantes, que a pessoa mais asquerosa e infestada pelo demônio volte a pertencer a Ela.

Peçamos a Maria Santíssima que seja feito conosco como nas Bodas de Caná. E nós, que somos hoje, na melhor das hipóteses, água misturada com um pouco de vinho, nos tornemos vinho puro.

Plínio Corrêa de Oliveira